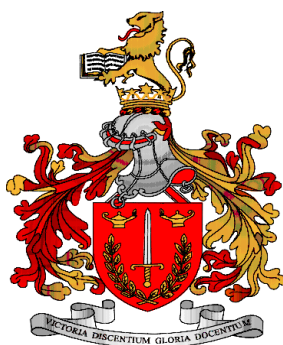


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Luis Pedro de Sá Maia

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais
XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Termo de Identidade e Residência

– Uma Perspectiva Policial –

Orientador
Procurador-Adjunto José Ramos
(Mestre em Direito)

Lisboa, 26 de Abril de 2012





Estabelecimento de Ensino	Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
Curso	XXIV CFOP
Orientador	Mestre José Ramos
Título	Termo de Identidade e Residência – Uma Perspectiva Policial
Autor	Luis Pedro de Sá Maia Aspirante a Oficial de Policia
Data de Edição	Abril de 2012
Local de Edição	Lisboa

Ao meu pai e à minha mãe por todo o apoio e sacrifício

Ao meu irmão por toda a paciência

Agradecimentos

É do meu entender que pelo facto de esta dissertação ser o culminar de um período de formação académica e humana de cinco anos, que esta secção da dissertação não seja apenas para mostrar um especial apreço aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, mas também a todos aqueles que contribuíram para a minha formação académica e pessoal não só durante este importantíssimos cinco anos, mas ao longo do tempo.

Em primeiro lugar cabe-me deixar uma palavra de grande estima e consideração ao meu orientador, Sr. Procurador José Ramos (que sem o qual a realização deste trabalho não seria possível), pela a orientação, pela disponibilidade, pelo facto de muitas vezes trazer a este trabalho a luz da sua sabedoria e, principalmente pelo seu tacto no tratamento pessoal.

É minha intenção deixar também aqui um muito obrigado a todos os Oficiais, Docentes, e Pessoal do Quadro Orgânico desta mui nobre casa que é o ISCPSI, pela grande contribuição que prestaram à minha formação académica e humana.

Ao grande XXIV CFOP, por toda a camaradagem, pelos grandes momentos vividos em conjunto, mas essencialmente pela grande amizade e pelo apoio que me ofereceram durante este importante período.

Ao meu irmão pelo seu grande coração, e pelo facto de me dar tudo, sem pedir nada em troca, por toda a sua paciência, disponibilidade e amizade.

À minha grande mãe, pelo sacrifício que teve ao dar-me a este mundo, e por todo o seu esforço para me proporcionar sempre uma vida digna e cheia de amor.

Ao meu pai, a pessoa mais pondera e sensata que eu alguma vez conheci, pela sua boa vontade, e por todos os conselhos e valores que incutiu em mim, transformando-me na pessoa que sou hoje.

À Elsa, por todo o amor que me transmite, pela disponibilidade, e por todo o apoio e carinho que me oferece.

A toda a minha família, uma especial palavra de apreço por todo o apoio que sempre me transmitiu, e por me mostrar que devemos sempre lutar pelas coisas que mais desejamos.

A todos um autêntico OBRIGADO

Lisboa, 17 de Abril de 2012

Resumo

A actividade policial é das mais abrangentes e complexas que existem na nossa sociedade, pelo que abarca um conjunto vastíssimo de assuntos e saberes, lidando com várias ciências e complexos casos de adaptação dessas ciências á realidade.

O Direito é uma das aéreas científicas à qual a actividade policial tem que prestar vassalagem, pois é este que impõe as regras societárias, logo para o mesmo funcionar de forma eficaz é necessário atribuir, de forma muito específica, as competências que cada um tem no âmbito do mesmo.

Este trabalho faz uma análise do papel desempenhado pelos órgãos de polícia criminal no que diz respeito à figura jurídica do termo de identidade e residência, pois esta é uma medida que os mesmos aplicam diariamente e da mesma resultam implicações jurídicas para o arguido.

Ao longo deste trabalho a relação dos órgãos de polícia criminal com o termo de identidade e residência, será analisada à luz da nossa história, à luz da nossa legislação, à luz da nossa jurisprudência, e à luz da nossa doutrina, com o objectivo de trazer uma nova luz a esta temática.

Palavras-Chave: Termo de Identidade e Residência, Medidas de Coacção, Direitos Fundamentais, Órgãos de Policia Criminal.

Abstract

Police activity is one of the most broad and complex activities in our society, since it requires a vast amount of knowledge and deals with several sciences and with the complexity of adapting those sciences to the reality.

Law is an example of these specific scientific areas in which the police activity has to pledge allegiance, because this is the one that imposes the rules of society, therefore for it to work efficiently is necessary, in a very particular way, to assign each one's tasks in Law's sphere.

This dissertation analyses the role played by the Criminal Police Officers concerning the Identification and Verification of Place of Residence, since it's a measure they apply daily, resulting in juridical implications to the suspect.

Throughout this work the relation between Criminal Police Institutions and the Identification and Verification of Place of Residence is going to be analyzed in the light of our history, our legislation, jurisprudence and of our doctrine, having as main objective shedding new light to this theme.

Keys Words: Identification and Verification of Place of Residence, Coercive Measures, Fundamental Rights, Criminal Police Officers.

Lista de Siglas

Ac.	-Acórdão.
AJ	-Autoridade Judiciária.
APC	-Autoridade de Policia Criminal.
CEPDLF	-Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos e Liberdades Fundamentais.
CP	-Código Penal.
CPP	-Código Processual Penal.
CRP	-Constituição da Republica Portuguesa.
DUDH	-Declaração Universal dos Direitos do Homem.
MP	-Ministério Público.
OPC	-Órgãos de Policia Criminal.
PIDCP	-Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos.
STJ	-Supremo Tribunal de Justiça.
TC	-Tribunal Constitucional.
TIR	-Termo de Identidade Residência.
TRC	-Tribunal da Relação de Coimbra.
TRP	-Tribunal da Relação do Porto.

Índice

Introdução	1
1. Nota introdutória	1
2. Objecto de estudo e objectivos	1
3. Método	3
Capítulo I	4
1. Conceito de Direito Processual Penal	4
2. Resenha Histórica dos modelos processuais penais portugueses	6
2.1) Do processo penal do império romano à formação da nacionalidade	6
2.2) Do processo penal na idade média	7
2.3) O processo penal nas ordenações	8
2.4) O processo inquisitório	10
2.5) O processo penal moderno	11
2.6) Do processo penal na primeira republica	12
2.7) Do processo penal no Estado Novo	13
3. O actual modelo processual penal português	14
3.1) Do principio acusatório e do contraditório	14
3.2) Das finalidades do direito processual penal	18
4. Dos órgãos de polícia criminal no actual modelo processual penal	20
4.1) Natureza jurídico-processual dos OPC	20
4.2) A figura da Coadjuvação	21
4.3) As Medidas Cautelares e de Policia no Actual Modelo Processual	22
Capítulo II – Do TIR como Medida de Coacção	24
1. Medidas de Coacção	24
1.1) Resenha Histórica	24
1.2) Conceito de Medidas de Coacção	26
1.3) Competência de aplicação das Medidas de Coacção	29
2. Termo de Identidade e Residência	30
2.1) Resenha Histórica	30
2.2) A importância do TIR nas finalidades processuais	31
2.3) As implicações processuais do TIR	32
2.3) A natureza do TIR	33

2.4) A aplicação do TIR	34
2.5) Prazos de duração e extinção do TIR	41
2.6) O TIR nos sistemas jurídicos europeus	43
2.7) Do TIR e do princípio da tipicidade	44
2.8) Do TIR e do princípio da proporcionalidade	45
2.9) Do TIR e do Princípio do Juiz Natural	46
 Capítulo III – Termo de Identidade e Residência no Direito Constitucional	 48
1. Do TIR e dos conflitos constitucionais	48
1.1) Do TIR e da força jurídica (artg.18.º)	48
1.2) Do TIR e do princípio da presunção de inocência (artg.32.º n.º2)	50
1.3) Do TIR e do direito à liberdade (artg.27.º)	53
1.4) Do TIR e da aplicação da lei criminal (artg.29)	56
1.5) Do TIR e das garantias do processo criminal (artg.32)	57
 Conclusão	 60
 Bibliografia	 62

Introdução

a) Nota Introdutória

O sistema processual penal português é composto por diversas fases processuais¹, tendo cada uma delas o seu enquadramento legal, e por inúmeros intervenientes directos ou indirectos que tem por objectivo garantir a realização das finalidades processuais.

É de extrema importância percebermos a utilidade que cada interveniente processual tem no desenrolar dos processos, bem como que competências os assistem e quais os limites legais.

Este trabalho debruça-se sobre umas das grandes problemáticas do direito processual penal, que é o do conflito dos direitos fundamentais da pessoa humana, pois o direito penal e processual penal põem em causa vários direitos fundamentais que decorrem do correcto exercício da cidadania.

Ao nível dos direitos fundamentais a figura jurídica que mais põe os mesmos em causa decorre no âmbito do direito processual penal, são elas as medidas de coacção que podem ser impostas a qualquer arguido, sempre que seja necessário e proporcional à realização das finalidades processuais e essencial à descoberta da verdade material, contudo a própria legislação também impõe a verificação de determinados formalismo bem como limites à aplicação destas medidas, tipificando qual a forma mais correcta de o fazer e da entidade que tem a competência para as decretar.

No nosso CPP encontram-se tipificadas uma serie de medidas coactivas que podem ser impostas aos arguidos, mas de todas elas a que na nossa opinião levanta mais questões de natureza, de legalidade, constitucionalidade e de competência de aplicação é o Termo de Identidade e Residência, pois trata-se de uma medida muito abrangente e com inúmeras excepções explanadas na lei.

b) Objecto de estudo e objectivos

O objecto de estudo desta dissertação é a aplicação do Termo de Identidade e Residência como uma medida de coacção, debruçando-se assim, o seguinte trabalho principalmente no artigo 196.º do Código Processual Penal Português.

¹ A saber: Inquérito, Instrução e Audiência de Julgamento.

A escolha deste tema deve-se ao facto desta medida de coacção levantar no seio da comunidade científica várias dúvidas quanto à sua colisão com princípios fundamentais do Direito, bem como quanto à sua legalidade e constitucionalidade.

Outra razão pertinente que levou à escolha deste tema foi a importância que o Termo de Identidade e Residência tem para os órgãos de polícia criminal, uma vez que é obrigatória a aplicação desta medida de coacção sempre que o cidadão seja constituído arguido (artg. 196.º n.º1 do CPP), e é o dever dos órgãos de Polícia Criminal garantir a legalidade democrática (artg. 272.º n.º1 CRP), daí a importância de sabermos se esta medida de coacção se encontra de facto correctamente enquadra no sistema processual penal português.

Deste modo podemos claramente evidenciar os seguintes **objectivos** para este trabalho:

- Evidenciar a importância das medidas de coacção no sistema processual penal;
- Abordar de forma geral a matéria correspondente às Medidas de Coacção;
- Efectuar uma abordagem comparativa entre o Termo de Identidade e Residência e a Constituição da Republica Portuguesa;
- Aferir a quem pertence a competência de aplicação do Termo de Identidade e Residência;
- Marcar uma posição de actuação dos OPC face ao Termo de Identidade e Residência.

Estes objectivos serão o caminho a percorrer durante a realização deste trabalho para se dar resposta à seguinte pergunta de partida:

Será correcto a lei atribuir competências aos órgãos de polícia criminal na prestação de Termo de Identidade e Residência, como medida de coacção?

Partindo desta pergunta somos levados a levantar as seguintes hipóteses:

1. Estará o artigo 196.º bem enquadrado no Sistema Penal e no Código Processual Penal Português?
2. Parte do artigo 196.º do Código Processual Penal vai contra os artigos 29.º; 32.º da Constituição da Republica Portuguesa?
3. São violados os Princípios da presunção de inocência e da jurisdição, quando os OPC efectuem uma prestação de Termo de Identidade e Residência?

c) Método

Na realização deste trabalho o método a adoptar será o método qualitativo, através de uma abordagem teórica e interpretativa ao tema em causa, sendo que para isso fazemos uma revisão bibliográfica às obras (de Direito Penal e Direito Processual Penal) posteriormente referenciadas, recorreremos também a jurisprudência e à análise de doutrina que aborde a temática deste trabalho.

No nosso entender esta análise teórica basta para estudarmos a problemática do Termo de Identidade e Residência com a profundidade que um trabalho desta natureza exige.

Todas as partes desta dissertação que não tenham uma ligação propriamente directa² com a medida de coacção aqui estudado, não deixam de ter a sua relevância, pois as mesmas servem de base para uma melhor compreensão e argumentação do nosso ponto de vista quanto à temática.

² Como é o caso da evolução histórica.

Capítulo I – Dos Modelos Do Direito Processual Penal

1. Conceito de Direito Processual Penal

Para definirmos o conceito de *Direito Processual Penal* é de capital importância que se esclareçam também os conceitos de *Direito Penal* e *Processo Penal*.

De acordo com Germano Marques da Silva o Direito Penal tem por objectivo regular a vida em sociedade, avaliando os comportamentos de cada individuo perante a sociedade, sempre tendo como pano de fundo a valoração dos bens jurídicos que cada sociedade mais preserva e que “se prendem com a livre realização da personalidade ética do Homem”³, o que faz com que ao mesmo tempo se tipifiquem determinadas sanções para os comportamentos ofensivos desses bens, tendo em conta a importância específica de cada bem jurídico para a sociedade⁴.

Ora esta função de preservação de bens jurídicos que o Direito Penal possui, pode ser dividida em duas funções, a “função preventiva”⁵, onde se decretam determinadas normas com o intuito de prevenir agressões futuras a bens jurídicos determinantes, e a “função punitiva”⁶ que tem como objectivo punir os comportamentos que foram contra a ordem social, lesando dessa forma bens jurídicos de primordial importância.

Há forma de estabelecer juridicamente aquilo que é ou não considerado crime, por uma determinada sociedade, é chamado pela doutrina de Direito Penal Substantivo ou Material, nas palavras de José da Costa Pimenta “a ponte entre a realização da hipótese, que verifica, e a consequente reacção criminal, que eventualmente aplica”⁷.

Apesar de o Direito Penal ter funções preventivas e punitivas, este só é aplicado ao caso concreto se existir um processo⁸, isto porque é o processo que indica os procedimentos a ter para que determinada conduta seja judicialmente classificada como crime e, se for caso disso, o modo de como se deve proceder para determinarmos os agentes do crime, imputando-lhes assim determinadas medidas jurídicas, quando a aplicação destas se revelem fulcrais para a protecção de bens jurídicos proeminentes para a sociedade⁹.

³ Figueiredo Dias, *Direito Processual Pena primeiro volume*, 1981, p.24.

⁴ Germano Marques da Silva, *Curso de Processo Penal I*, 2008, p.16.

⁵ Figueiredo Dias, *Direito Processual...*, 1981, p.27.

⁶ *Ibidem*.

⁷ José da Costa Pimenta, *Introdução ao Processo Penal*, 1989, p.17.

⁸ Germano Marques da Silva, *Curso... I*, 2008, p.15.

⁹ *Ibidem*.

Desta forma o Processo é entendido como “uma sequência de actos juridicamente preordenados e praticados por certas pessoas legitimamente autorizadas em ordem à decisão sobre se foi praticado algum crime e, em caso afirmativo sobre as respectivas consequências jurídicas e a sua justa aplicação”¹⁰. Por outras palavras podemos afirmar que Processo é o caminho a percorrer para que quem seja responsável pela aplicação da Lei Penal, consiga aplicar a mesma ao caso real, com o objectivo de fazer justiça, compensando assim a sociedade que viu um bem jurídico de extrema importância a ser violado.

É fundamental termos em conta que o Processo é principalmente um aglomerado de normas tanto de natureza geral como abstracta, que elevam o mesmo a ramo do Direito Objectivo, podendo ser aplicado quer no Direito Penal quer no Direito Civil, dependendo apenas do tipo de bem jurídico lesado¹¹.

Importa agora fazer a distinção entre o Processo Penal e o Direito Processual Penal de acordo com Germano Marques da Silva o Direito Processual Penal é “o complexo das normas jurídicas que disciplinam o processo penal”¹², deste modo é de todo possível afirmarmos que existe uma relação entre estas duas figuras. Isto porque um complementa o outro, ou seja, é primeiro necessário que um determinado facto seja classificado juridicamente como crime ou não, só depois de sabermos isso é que podemos começar um processo com o intuito de aplicar a lei penal ao facto, à realidade do dia-a-dia¹³.

O processo tem como objectivo estabelecer diversas medidas jurídicas para que se possam encontrar os agentes prevaricadores, sendo que o Direito Processual Penal é o conjunto de normas a seguir para se atingirem os objectivos em causa. Ou seja o Direito Processual Penal vai ser aquele elemento que irá estabelecer uma relação jurídica entre os sujeitos legitimamente autorizados a realizarem actos processuais, com prevaricadores e/ou a sociedade, evitando desta forma que em nome da justiça se firam outros bens jurídicos, por vezes mais importante, do que aqueles que foram violados.¹⁴

¹⁰ Figueiredo Dias *cit. in* Germano Marques da Silva, *Curso... I*, 2008, p.15.

¹¹ José da Costa Pimenta, *Introdução...*, 1989, p.27.

¹² Germano Marques da Silva, *Curso... I*, 2008, p.15.

¹³ Contudo é necessário esclarecer que o processo não se refere apenas ao momento em que passa a existir um processo formal contra o indivíduo, há antes deste um conjunto de actos pré-processuais que apesar de serem anteriores ao processo, fazem parte deste.

¹⁴ É exemplo claro destes factos o disposto no artg. 126.º do CPP

Assim ao Direito Processual Penal cabe “a aplicação jurisdicional do Direito Penal material”¹⁵, tendo sempre como base de fundo dessa aplicação os Direitos Fundamentais, porque os fins não se podem sobrepor aos meios.

2. Resenha Histórica dos Modelos Processuais Portugueses

2.1 Do Processo Penal do Império Romano à formação da Nacionalidade

A extensão do Império Romano e a complexidade administrativa e social do mesmo obrigou este povo a ter que desenvolver o Direito. O sucesso dos Romanos no que diz respeito a este assunto foi de tal forma genial, para a época, que se tornou a grande base do Direito actual.

Mesmo não sendo muito comum naquela altura, a sociedade Romana era de tal forma desenvolvida que já reconhecia a autoridade do Estado através do *populos romanus*¹⁶, que representava toda a história das tradições e costumes da *Nação Romana*, revelando deste modo uma noção de Direito Publico.

De acordo com Manuel Monteiro Guedes Valente esta sociedade regia-se de acordo com um *modelo acusatório*, onde seria impensável alguém enfrentar um julgamento sem ser anteriormente acusado^{17/18}. A acção de acusar alguém cabia ao lesado ou, quando o mesmo não estivesse capaz de levar a cabo esta acção, aos familiares do mesmo¹⁹, sendo que era o próprio ofendido que depois de efectuar a acusação procedia, a mando do juiz, à investigação dos factos recolhendo assim provas de que a sua pessoa tinha saído lesada devido aquela conduta criminosa²⁰.

Posteriormente a sociedade apercebe-se que existem determinados comportamentos por parte dos criminosos que não prejudicam alguém em particular mas sim uma comunidade em geral, assim sendo passou-se a atribuir a titulariedade da acusação também à comunidade, quando é esta que vê os seus bens jurídicos lesados²¹.

Este tipo de justiça caracterizada por um processo sem nenhum formalismo²², oral e publico, que consistia basicamente numa troca de argumentos e factos entre o lesado e o acusado, perante um audiência constituída por diversos membros da sociedade e presidida

¹⁵ Figueiredo Dias, *Direito...*, 1982, p.21.

¹⁶ Mardelo Caetano, *História do Direito Português*, 1992, p.61.

¹⁷ Principio do *Nemo in iudicium tradetur sine accusatione*.

¹⁸ Manuel Monteiro Guedes Valente, *Processo Penal*, 2010, p.43.

¹⁹ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p.248.

²⁰ Manuel Monteiro Guedes Valente, *Processo...*, 2010, p.44.

²¹ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p. 61.

²² O queixoso sempre que se dirigia a um juiz era de imediato ouvido.

por um representante do Poder, um juiz ou um senhor feudal, que julgaria o caso²³, manteve-se desde da época do Império Romano até cerca do ano 1248 D.C..

2.2 O Processo Penal na Idade Média

A partir deste período da nossa história os monarcas exercem grandes esforços para ser promovido o chamado Direito Publico²⁴, através de várias nomeações de juízes, tendo para isto um papel preponderante os designados à época de *Juízes de Fora*, que eram magistrados nomeados por El-Rei e tinham como função substituir os juízes ordinários para aplicar com mais eficácia a lei publica/a lei do Estado, sendo que pela primeira vez na história do país houve a necessidade de se especializar determinadas jurisdições²⁵. Assim sendo podemos claramente afirmar que as duas grandes fontes de Direito neste período eram “os foros e os forais”²⁶.

De 1314 a 1379 dão-se em Portugal cinco grandes reformas a nível processual, é na primeira reforma (1314) durante o reinado de D. Dinis que surge pela primeira vez na nossa história um documento que vem regular o processo²⁷, sendo que a grande novidade é a obrigatoriedade de todas as sentenças passarem a ser escritas²⁸.

A segunda reforma (1330), da responsabilidade de D. Afonso IV, marcou pelo facto de já nesta altura existir preocupação com a celeridade do processo, com o objectivo de não prejudicar nenhuma das partes²⁹. É também produzida uma ordenação que assentava em 18 leis, onde se pode constatar já um certo grau de complexidade no que diz respeito a um código, pois já configura leis que tratam de questões de contradição³⁰, e do recurso³¹.

²³ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p. 260.

²⁴ Segundo Marcello Caetano o primeiro impulsor desta promoção do Direito Publico foi o Rei D. Afonso III, através de normas isoladas editadas pela corte e através de uma compilação de comportamentos a adoptar.

²⁵ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p.375.

²⁶ António Lemos Soares, *Notas sobre fundamentos históricos do processo penal português*, In *Que futuro para o Direito Processual Português*, 2009, p.297.

Sobre este assunto o mesmo distingue foros de forais, afirmando que os primeiros eram regulamentos municipais onde quem julgava o caso era um juiz local, e geralmente dizia mais respeito a questões do chamado actualmente de Direito Privado, quanto aos forais o autor afirma que os mesmos são mais antigas que os foros e tratam mais do Direito Penal.

²⁷ Esta ordenação era aplicada exclusivamente na corte sendo que nos demais locais deveriam por ordem do Rei continuar a serem utilizados os “seus bons usos e costumes assim como sempre usaram e costumaram até aqui”, in Marcelo Caetano, *História...*, 1992, p.379.

²⁸ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p.379.

²⁹ *Idem*, p.380 – “...o Rei proíbe a intervenção de procuradores ou advogados residentes na corte.”

³⁰ Cfr. Lei 7.º da Lei de Justiça decretada em 1330 por D. Afonso IV.

³¹ Cfr. Lei 13.º da Lei de Justiça decretada em 1330 por D. Afonso IV.

Como os obstáculos processuais se mantiveram D. Afonso IV introduz uma nova lei que visava acabar de vez com o arrastar dos processos³², ao proibir a existência de um quadro nacional de Procuradores e Advogados, permitindo que qualquer um possa desempenhar a função, pois o importante era descobrir a verdade e qualquer pessoa com capacidade para tal poderia fazê-lo sem qualquer impedimento legal.

A preocupação com a celeridade processual era tanta que em 1355 D. Afonso IV volta a legislar com o intuito de descongestionar os tribunais, atribuindo para tal competências de julgamento, “segundo a verdade sabida, pelos juízes da terra de acordo com os vereadores ou, sendo estes suspeitos, dois homens-bons do lugar, não admitindo a sentença de apelação nem agravo”³³, em crimes menos gravosos como o de injúrias verbais e pequenos furtos.

A reforma de 1379 preconizada por D. Fernando³⁴ vem dar uma relevância maior à prova escrita em detrimento da prova testemunhal e oral, passando a ser criado o selo régio como forma de autenticação dos documentos/autos.

2.3 O Processo Penal nas Ordenações

A grande obra de referência do sistema penal e processual penal português são as *Ordenações Afonsinas*³⁵. Uma obra promulgada por D. Afonso V, datada do ano de 1446³⁶ dividida em cinco livros que compilam toda a legislação portuguesa desde o reinado de D. Afonso III, bem como leis novas promulgadas pelo próprio D. Afonso V. O livro I onde se encontram normas que poderíamos englobar nos dias de hoje como sendo referentes ao Direito Administrativo.

O Livro II é um livro pluralista que abrange várias temáticas, inclusive algumas do Direito Processual Penal, enquanto que os Livros III e IV debruçam-se apenas em matérias civilistas. Já o Livro V dedica-se apenas às normas penais e processuais penais, sendo apontado por António Lemos Soares como um dos grandes influenciadores do Direito Penal e Processual Penal Português.³⁷

³² Terceira reforma processual.

³³ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p.381.

³⁴ Revogada em 1385, e posteriormente retomada em 1406 por D. João I.

³⁵ Que começaram a ser pensadas e compiladas no reinado de D. João I através da mão do Infante D. Pedro, sendo terminadas apenas no reinado de D. Afonso V, demorando quase 100 anos.

³⁶ António Lemos Soares, *Notas sobre ...*, In *Que Futuro ...*, 2009, p.307.

³⁷ *Idem*, p.308.

A nível processual as ordenações vêm alterar uma serie de normas, aqui o processo penal começava com a *quarela*³⁸, que competia a qualquer membro da sociedade, (apresentando de imediato testemunhas) desde que o crime em causa fosse um dos crimes de catálogo, uma vez que as testemunhas fizessem o juramento o acusado era preso preventivamente. Só depois de efectuada a *quarela*³⁹, é que o ofendido poderia solicitar o libelo de acusação⁴⁰, que é aquilo que nós actualmente designamos por acusação, e que está actualmente ao encargo do Ministério Publico.

È ainda de referir que as *Ordenações Afonsinas* já estipulavam uma ordem processual, que nos é demonstrada pelo Livro V⁴¹. Apesar de não terem sido aplicadas em todo o território Nacional, como estava previsto, continuaram a vigorar em Portugal até ao ano de 1521⁴², ano em que se efectuou a edição das *Ordenações Manuelinas*⁴³.

Estas *Ordenações Manuelinas* não foram tão relevantes para a nossa história jurídica como as *Ordenações Afonsinas*, isto porque os historiadores afirmam que as mesmas apenas foram editadas por duas razões, o facto de ter surgido a imprensa na Europa, sendo necessário efectuar uma tiragem das leis do reino, aproveitando-se também para actualizar e alterar as mesmas, e também pelo facto de D. Manuel querer ver o seu nome ligado a uma reforma legislativa do pais. Por estas razões as *Ordenações Manuelinas* não reformaram significativamente a realidade jurídica do pais, uma vez que ainda estavam muito *presas* às suas antecessoras que foram as *Ordenações Afonsinas*.⁴⁴

Com a perda da nossa Independência em 1580 entramos na Dinastia Filipina, originando mais uma reforma do sistema jurídico Português, a mando de D. Filipe I de

³⁸ Que mais não é aquilo que nós hoje chamamos de requisição de procedimento criminal por parte do ofendido (queixa).

³⁹ As ordenações Afonsinas diferenciam três tipos de *quarela*, a *quarela publica*, a *quarela privada*, e *quarela officiosa*.

⁴⁰ Marcello Caetano, *História...*, 1992, p.571.

⁴¹ De acordo com Marcelo Caetano a ordem processual era a seguinte: *Libelo* (efectuado pela vitima ou qualquer outro elemento da comunidade); *Resposta do acusado* (aqui o acusado tentava justificar a razão de determinada conduta, defendendo assim a sua pessoa); *Pronuncia do Juiz* (nesta fase o juiz pronunciava-se em relação ao libelo, decidindo se haverá julgamento ou não); *Contestação* (era efectuado pelo acusado e aqui este ou confessava ou negava os factos, sendo que se confessava-se passaríamos de imediato para a fase julgamento); *Artigos de acusação* (apresentados pelo acusador); *Artigos contrários* (apresentados pelo acusado); Comunicação de *Testemunhas* (por ambas as partes); *Inquirição das Testemunhas*; *Abertura e publicidade das inquirições*; *Arrazoadado do direito* (discurso efectuado por ambas as partes); *Conclusão* (julgamento e sentença dada pelo juiz). Marcello Caetano, *História...*, p.573,1992

⁴² Esta data apenas se aplica aos aspectos penais e Processuais penais das referidas Ordenações, isto porque de acordo com António Lemos Soares In *Que Futuro para o Direito Processual Penal?*, as *Ordenações Afonsinas* vigoraram em Portugal no que diz respeito a matéria Civil até 1867.

⁴³ Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, p.313, Setembro de 2010

⁴⁴ *Idem* p.312.

Portugal, uma vez que as *Ordenações Manuelinas* “não realizaram a transformação jurídica que o seu tempo reclamava”⁴⁵.

Estas Ordenações marcaram pelo facto de criarem um só livro para todas as questões que dizem respeito ao processo, concentrando as mesmas no Livro III. É também de referir que estas surgem com uma novidade que tem a ver com o Direito de Nacionalidade, em que os indivíduos do Reino estavam vinculados aos Princípios de sangue e de território.⁴⁶

2.4 O Processo Inquisitório

É de extrema importância referir o facto de estas duas últimas ordenações, que anteriormente falamos, reportarem a um período em que o tribunal do Santo Ofício⁴⁷ exercia a sua força plena em território nacional⁴⁸, o que influenciou em muito no processo de construção quer das *Ordenações Manuelinas*, quer das *Ordenações Filipinas*, sendo que muitos dos tribunais canónicos detinham um enorme poder discricionário, e o próprio Estado confundia-se com a Igreja, pois nos seus diplomas era aplicado por vezes aos comportamentos o nome de pecados e não crimes.

Este tipo⁴⁹ de Processo que vigorou em Portugal até as Revoluções Liberais⁵⁰, de acordo com José da Costa Pimenta, assentava em 5 Princípios Fundamentais, o segredo (abrangia todas as fases do processo sobre o argumento de que assim a eficácia do mesmo não saíra prejudicada), a escrita (todo o processo teria de ser redigido, desta forma era aqui aplicado “...o principio de que *Quod non est in actis non est in mundo...*”⁵¹), a não contrariedade (como o acusado não era considerado sujeito processual tinha apenas um atitude passiva em todo o Processo), a presunção de culpabilidade (aqui o simples facto de haver um suspeita sobre determinado individuo fazia com que caísse sobre o mesmo a culpa de determinado acto, sendo razoável para este modelo processual aplicar medidas de coacção ao individuo, como a prisão preventiva, durante tempo indeterminado), e o juiz

⁴⁵ *Idem* p.319.

⁴⁶ *Idem* p.321.

⁴⁷ Também conhecido por tribunal inquisitório.

⁴⁸ A inquisição foi pedida pelo Rei D. Manuel I ao Papa em 1521, cláusula de casamento com Dona Maria de Aragão, e começa a exercer funções em Portugal oficialmente em 1531, sendo abandonada um ano mais tarde, posteriormente foi de novo concedida *Bula* Papal em 1536 instituindo assim a inquisição definitivamente em Portugal no Reinado de D. João III, tendo como sede a Cidade de Évora.

⁴⁹ De acordo com Manuel Guedes Valente in “Processo...”, 2010, este tipo de processo surgiu ainda durante o Império Romano para proteger os mais fracos dos mais fortes, sendo que foram os tribunais eclesiásticos a descobrir os princípios orientadores do modelo inquisitório ainda durante a época do Império Romano, e mais tarde a espalhar este tipo de Processo na Europa.

⁵⁰ Manuel Monteiro Guedes Valente, *Processo...*, 2010, p.59.

⁵¹ *Idem* p.53.

activo (nestes sistemas o juiz é que se assume como o *Dominus* do processo, investigando e julgando, o que fazia com que não existisse independência, entre a fase de inquérito e a de julgamento)⁵².

Durante o reinado de D. José I⁵³ o então primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo⁵⁴ leva a cabo uma serie de reformas do sistema jurídico português, baseado nos novos pensamentos filosóficos que surgiam pela Europa nesta Época das Luzes⁵⁵, que faz com que a corte deixe de reconhecer o poder dos tribunais eclesiásticos o que faz com que os mesmos percam grande parte do poder e da influência que detinham até então, sendo que o Estado passa apenas a condenar e a executar penas aos criminosos que são julgados pelos tribunais civis⁵⁶.

Apesar de serem produzidas reformas jurídicas, estas em nada vêm alterar o modelo processual penal de então baseado no modelo inquisitório, pois as alterações significativas em termos penais apenas se centraram no que diz respeito às competências dos tribunais, basicamente fazendo com que o Estado deixasse de condenar ou executar sentenças, tendo como base as decisões dos tribunais eclesiásticos, sendo este o tipo de organização do sistema processual penal português até às revoluções liberais do Século XIX.

2.5 O Processo Penal Moderno

Após a fuga da Corte para o Brasil⁵⁷ em 1808, o país passa por um período em que os cidadãos sentiam que a soberania nacional e o território da metrópole não eram respeitados, quer pela família real quer pelos aliados Ingleses que auxiliaram Portugal durante as invasões.

Debaixo de este ambiente político e social é levada a cabo em 1820 uma revolução⁵⁸ que teve como consequência jurídica mais marcante a criação da primeira constituição portuguesa⁵⁹, denominada de Constituição Política da Monarquia Portuguesa.

⁵² José da Costa Pimenta, *Introdução...*, 1989, pp.55-56.

⁵³ *O Reformador*, Rei de Portugal de 1750 a 1777.

⁵⁴ Primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal.

⁵⁵ Estes pensamentos assentavam na Base da Escola Racionalista do Direito Natural, no Uso Moderno, no Junsprudência Elegante, no Iluminismo, e no Humanitarismo.

⁵⁶ A semelhança das monarquias absolutistas da época.

⁵⁷ Devido às invasões Francesas e ao perigo que as mesmas representavam para a segurança da família real portuguesa.

⁵⁸ Revolução que institui em Portugal um regime liberal, e com separação de poderes, ficando conhecida como Revolução Liberal ou Revolução do Porto.

⁵⁹ Teve como influência a Constituição de Cadiz de 1812

Nesta Constituição consagraram-se direitos com base nos mesmos princípios que gerem o actual direito constitucional, penal e processual penal sendo que se passou a consagrar, pela primeira vez, direitos individuais com base no princípio da igualdade⁶⁰, o que teve consequências importantíssimas no que diz respeito ao direito penal, uma vez que os Homens eram todos vistos como iguais aos olhos da justiça, não existindo normas diferentes para nobres e elementos do povo.

O País vive uma grande agitação política e social até cerca 1851⁶¹, sendo que com base no *movimento codificador português*, é aprovado em 1852 o primeiro Código Penal.⁶²

No que diz respeito à evolução do processo penal, esta não foi tão significativa como se seria de esperar, uma vez que foi o direito civil e o direito processual civil que encabeçaram as grandes reformas.

A reforma mais significativa ao sistema processual penal português ocorreu em 1841 e ficou conhecida como “Novíssima Reforma Judiciária”⁶³, sendo constantemente actualizada por variada legislação avulsa.

Ao contrario daquilo que existia até então passa a vigorar um sistema do tipo acusatório em que o principio do contraditório passa a ser novamente aceite, trabalha-se com base na legalidade da prova, o juiz volta a ser um juiz passivo, a prisão preventiva e as medidas de coacção são proibidas, e a maior finalidade passa a ser a verdade material.⁶⁴

2.6 Do Processo Penal na Primeira República

A nível de direito penal e direito processual penal a constituição de uma República portuguesa pouco ou nada de novo ofereceu à sociedade. Apenas deu relevância à vida política introduzindo novos crimes que defendessem o Estado da corrupção dos seus políticos, nomeadamente a nível da “...responsabilidade penal dos membros do poder executivo e seus agentes, pelos actos praticados no exercício das respectivas funções.”⁶⁵.

⁶⁰ Clara influência das ideias que resultaram da Revolução Francesa.

⁶¹ Data em que os “cartistas puros” assumem novamente o controlo político do país.

⁶² Mário Júlio de Almeida Costa, *História...*, 2010, p.471.

⁶³ *Idem*, pp.485-486.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Idem* p.553.

2.7 Do Processo Penal no Estado Novo

O período da história referente ao Estado Novo⁶⁶ teve como grande marca a publicação do primeiro Código Processual Penal Português em 1929 pelas mãos do então ministro da justiça Manuel Rodrigues.

Este código imponha um sistema jurídico baseado na estrutura inquisitória, pois voltava a entregar os poderes de investigação e de julgamentos ao juiz, passando este a ser o *Dominus* de todo o processo, que assentava sobre o argumento da descoberta da verdade material.⁶⁷

Este tipo de sistema deu origem a um Estado extremamente repressivo e a um sistema processual penal completamente discricionários sobre o suspeito, a quem se imputavam medidas de coacção praticamente incontestáveis e misturando muito das vezes a investigação com o julgamento.

A primeira grande reforma deste Código de Processual Penal ocorre em 1945, sendo responsável pela mesma o Professor Cavaleiro Ferreira. Esta tem como principal objectivo introduzir no processo uma antiga promessa que já constava na Constituição de 1911, sendo reforçada pela de 1933, que consistia na instituição e regulamentação de um *habeas corpus*, estando assim a liberdade individual do cidadão mais protegida face ao poder do Estado.⁶⁸

A reforma levada a cabo por este mestre marcou também pelo facto de a acusação ser claramente distinguida e separada do julgamento, para isso foram retirados grande parte dos poderes de investigação ao juiz, passando assim para o Ministério Público. Esta decisão tinha como objectivo garantir que quem fosse julgar o caso fosse o mais imparcial possível, para que a sociedade beneficiasse de uma decisão justa da parte do representante da justiça.

Devido à revisão constitucional levada a cabo no ano de 1971, dá-se um ano mais tarde uma nova reforma do sistema processual penal português, uma vez que a lei deveria revestir o espírito da revisão constitucional.

Assim volta-se a reorientar a mecânica do *habeas corpus* e da prisão preventiva, sendo que esta ultima pode passar a ser substituída por caução quando assim se justificasse. A reforma abrangeu também temáticas relacionadas com a instrução, a

⁶⁶ De 1926 a 1974 – Apesar da designação de Estado Novo só ser utilizada para demarcar o período ditatorial a partir de 1933, devido à constituição de 1933, não fazia sentido nem existiria matéria suficiente para elaborar um subcapítulo referente aos 7 anos de ditadura designado por Ditadura Militar.

⁶⁷ Mário Júlio de Almeida Costa, *História...*, 2010, p.580.

⁶⁸ *Idem* p.583.

acusação e a defesa, sendo que foi nesta reforma criado o juiz de instrução criminal para melhor serem protegidos os direitos dos arguidos, principalmente na fase instrutória, pois carecia de algum controlo judicial.⁶⁹

3. O Actual Modelo Processual Penal Português

Na nossa opinião aquilo que pode ser designado de actual modelo, corresponde ao período de início de vigência da Constituição de 1976⁷⁰, que vai até ao dias de hoje, uma vez que o nosso Código Processual Penal, foi redigido com base na mesma e, apesar das várias reformas a que a Constituição⁷¹ foi sujeita nunca foi alterado o seu espírito central de protecção jurídica aos Direitos Fundamentais.

3.1 Do Princípio Acusatório e do Contraditório

Com base no artigo 32.º n.º 5 da Lei Fundamental Portuguesa podemos claramente afirmar que o actual sistema processual penal português assenta numa estrutura acusatória, devendo estar subordinado ao princípio do contraditório⁷².

Para afirmarmos que determinado modelo processual penal assenta num modelo de princípio acusatório tem que existir uma separação clara entre instrução, acusação e julgamento⁷³, compreende também o facto de o arguido não poder ser julgado se não existir uma acusação, ou uma acusação feita por um órgão que não seja distinto do julgador, assim podemos concluir que para existir julgamento tem que haver uma acusação levada a cabo por um órgão completamente independente do julgador.⁷⁴

Posto isto é de todo compreensível que tenha de existir uma separação e diferenciação entre o Juiz de Instrução (aquele que vai supervisionar e assegurar que todos os direitos fundamentais do arguido e de todas os sujeitos envolvidos no processo são respeitados), o Juiz julgador (aquele que vai analisar todos os dados do processo que são submetidos a julgamento), e o órgão acusador (que será o Ministério Público)⁷⁵.

⁶⁹ *Idem* p.586.

⁷⁰ Podemos considerar também como fazendo parte integrante deste período os de 1975 e metade de 1974, uma vez que desde a Revolução de Abril de 1974 o sistema jurídico alterou-se de imediato para um mais parecido com aquele que temos nos dias de hoje.

⁷¹ 7 Reformas: LC 1/82 de 30 de Setembro, 1989 LC 1/89 de 8 de Julho, 1992 LC 1/92 de 25 de Novembro, 1997 LC 1/97 de 20 de Setembro, 2001 LC 1/01 de 12 de Dezembro, 2004 LC 1/04 de 24 de Julho e 2005 LC 1/05 de 12 de Agosto.

⁷² Este princípio do contraditório é mitigado na fase de inquérito e de instrução.

⁷³ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição da Republica Portuguesa Anotada*, 1993, p.206.

⁷⁴ *Idem* p.205.

⁷⁵ *Idem* p.206.

Estas separações têm que existir para que a “actividade cognitiva substancial”⁷⁶ do juiz julgador não seja influenciado pela acusação, isto acontece para que só os factos constantes na pronúncia de acusação possam contar para o julgamento, pois é a acusação que “... define e fixa, perante o tribunal o *objecto do processo*.”⁷⁷, de acordo com o Código Processual Penal.

Se em algum momento determinado juiz tiver aplicado media de coacção, presidido a debate instrutório, participado em julgamento anterior, proferido ou participado em decisão de recurso ou pedido de revisão anteriores, ou recusado o arquivamento em caso de dispensa de pena, a suspensão provisória ou a forma sumaríssima por discordar de sanção proposta, em determinado processo, não poderá intervir em julgamento, recurso ou pedido de revisão relativos ao mesmo⁷⁸, sendo que sempre que a referida situação ocorra este deverá declarar imediatamente por despacho nos autos o seu impedimento relativo à situação⁷⁹. Se forem praticados actos por juiz impedido e os mesmos não poderem ser repetidos utilmente e se não resultarem de prejuízo para a justiça, são considerados nulos⁸⁰.

De acordo com Gomes Canotilho e Vital Moreira este princípio “...exige, o *controlo judicial da acusação*...”⁸¹ para que se evitem acusações insignificantes e sem sentido que só irão entulhar os tribunais e, prejudicar o acusado, daí a existência de um Ministério Público em que ficará a seu cargo a fase de inquérito e, onde terá a responsabilidade de investigar determinado facto com o intuito de descobrir se existe algum fundamento no mesmo que possa levar à elaboração de pronúncia de acusação⁸².

Apesar de a fase de inquérito estar a cargo do Ministério Público e de este exercer vários poderes⁸³, o mesmo tem de ter sempre em conta o respeito pelos Direitos e dignidade Humana, uma vez que nenhum cidadão deverá ser acusado sem que exista fundamento para tal, sendo que a obrigatoriedade da fundamentação⁸⁴ funciona como mecanismo de controlo da decisão de acusação.

Apesar de existir um controlo interno dos actos praticados pelos magistrados do MP, uma vez que esta é definida como uma magistratura hierarquizada⁸⁵, estes estão

⁷⁶ José Costa Pimenta, *Introdução...*, 1989, p.137, ll. 9-10.

⁷⁷ Figueiredo Dias, *Direito...*, 1981, p.144, ll.19-20.

⁷⁸ Cfr. Artigo 40.º do CPP.

⁷⁹ Cfr. Artigo 41.º n.º 1 do CPP.

⁸⁰ Cfr. Artigo 41.º m.º3 do CPP

⁸¹ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição...*, 1993, p.206, ll.7-8.

⁸² Cfr. Artigo 262.º do CPP

⁸³ Cfr. Artigo 267.º do CPP

⁸⁴ Isto é tem a acusação tem que respeitar as formalidades do artigo 283.º do CPP.

⁸⁵ Cfr. Artigo 219.º n.º4 da CRP

sempre sujeitos a controlo externo, quando determinado acto durante a fase de inquérito colida directamente com os direitos liberdades e garantias⁸⁶, ou seja todos os actos praticados pelo MP que colidirão com DLG, estão sujeitos a uma sindicância por parte do JIC⁸⁷.

Ao atribuir este tipo de controlo ao JIC, o legislador entendeu que era necessário atribuir a determinado órgão um distanciamento do processo que permitisse controlar a inviolabilidade dos direitos fundamentais, deste forma podemos afirmar que o JIC não exerce a acção penal, simplesmente aprecia todos os actos do MP que digam respeito ao direitos fundamentais, daí resulta o facto de se afirmar que o JIC tem uma natureza monofuncional⁸⁸, isto é ao JIC cabe permanecer sempre numa posição distanciada do conflito, com o intuito de decidir sempre em consonância com a lei, assegurando assim o devido respeito pelos direitos fundamentais.⁸⁹

É devido ao facto do MP representar a figura de *Dominus* do processo durante a fase do inquérito que vários autores⁹⁰ defendem que o nosso modelo (ao contrário daquilo que vem tipificado no artg.32.º n.º 5 da CRP) não constitui um modelo acusatório puro, isto porque esta fase do inquérito é marcada pelo princípio inquisitório, uma vez que todo o processo é escrito, são efectuadas várias diligencias secretamente, e também porque no decorrer desta etapa parte dos processos são classificados como segredo de justiça, passando o mesmo a serem secretos (artg.86 CPP).

No que diz respeito ao Princípio do contraditório, Gomes Canotilho e Vital Moreira defendem que a norma Constitucional exige que o juiz ouça os demais sujeitos processuais interveniente, quer a acusação quer a defesa. Exige também o direito de audiência de todos os sujeitos processuais, e por fim tem que ser dada a possibilidade ao arguido de intervir no processo e de contradizer todos os testemunhos apresentados⁹¹, em suma podemos claramente afirmar que “Trata-se, portanto, de uma participação processual *constitutiva* dos interessados”⁹².

Este princípio é aplicado plenamente na fase de julgamento, uma vez que todas as provas apresentadas são discutidas em julgamento com base no contraditório, o que leva a

⁸⁶ Cfr. Artigo 268.º 269.º do CPP

⁸⁷ Paulo Dá Mesquita, *Direcção do Inquérito Penal e Garanti Judiciária*, 2003, p.177.

⁸⁸ O modelo contrário é designado por modelo polifuncional, que no conflito entre a autoridade e as liberdades tem sempre supremacia a autoridade.

⁸⁹ Paulo Dá Mesquita, *Direcção...*, 2003, p.177.

⁹⁰ Entre eles estão Germano Marques da Silva, Teres Beleza, Manuel Guedes Valente,

⁹¹ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição...*, 1993, p.206.

⁹² José da Costa Pimenta, *Introdução...*, 1989, p.150, ll.6-7.

que as mesmas possam vir a ser completamente dizimadas pela defesa, ou então aceites como irrefutáveis por parte da Autoridade Judicial que preside ao julgamento.

O facto de todas as provas serem discutidas nesta fase processual faz também com que mais pessoas⁹³ sem serem o(s) arguido(s), ou os demais sujeitos processuais possam ser ouvidas no processo, contribuindo assim para uma melhor decisão da Autoridade Judiciária.

De acordo com Figueiredo Dias este princípio nunca poderia fazer parte de um modelo de estrutura inquisitória, uma vez que neste modelo o juiz condena o arguido sem confrontar o mesmo com as provas recolhidas e, não lhe dá também qualquer hipótese de contestar tais provas⁹⁴. Assim é com toda a legitimidade que afirmamos que este é um princípio inerente à estrutura do acusatório.

São tradutores deste princípio fundamental da estrutura do actual modelo processual penal português os artgs. 323.º f)⁹⁵; 327.º⁹⁶; 340.º n.º 2⁹⁷; 360.º; 361.º⁹⁸, do CPP, que fazem com que toda a audiência siga o caminho do Princípio do Contraditório.⁹⁹

No que diz respeito à aplicação deste princípio nas fases de inquérito e de instrução podemos claramente afirmar que este nunca é aplicado na primeira fase (a do inquérito),¹⁰⁰ devido ao facto de existir uma necessidade por parte da investigação de recolher o maior número possível de provas, sendo que é necessário manter um certo sigilo, para que este acto não seja perturbado pelo arguido de forma a provocar vícios que levem à nulidade das mesmas.¹⁰¹

⁹³ Podemos dar aqui o exemplo dos peritos, que são muitas vezes chamados a julgamento para elucidarem a Autoridade Judiciária sobre um leque variado de matérias mais técnicas.

⁹⁴ Figueiredo Dias, *Direito...*, 1981, p.150.

⁹⁵ “Garantir o contraditório e impedir a formulação de perguntas legalmente inadmissíveis”.

⁹⁶ “1. As questões incidentais sobrevindas no decurso da audiência são decididas pelo tribunal, ouvidos os sujeitos processuais que nelas forem interessados.

2. Os meios de prova apresentados no decurso da audiência são submetidos ao princípio do contraditório, mesmo que tenham sido oficiosamente produzidos pelo tribunal.”

⁹⁷ “2. Se o tribunal considerar necessária a produção de meios de prova não constantes da acusação, da pronuncia ou da constatação, dá disso conhecimento, com a antecedência possível, aos sujeitos processuais e fá-lo constar da acta.”

⁹⁸ “1. Findas as alegações, o presidente pergunta ao arguido se tem mais alguma coisa a alegar em sua defesa, ouvindo-o em tudo o que declarar a bem dela.

2. Em seguida o presidente declara encerrada a discussão, sem prejuízo do disposto no artigo 371.º, e o tribunal retira-se para deliberar”

⁹⁹ Manuel Simas Santos; Manuel Leal-Henriques; João Simas Santos, *Noções de Processo Penal*, 2010, p.47.

¹⁰⁰ Com a excepção das medidas de coacção, das medidas de garantia patrimonial, do primeiro interrogatório judicial de indivíduo detido e declarações para memória futura.

¹⁰¹ Manuel Simas Santos; Manuel Leal-Henriques; João Simas Santos, *Noções...*, 2010, p.47.

Quanto à aplicação do mesmo durante a fase de instrução, já podemos afirmar que esta fase está mais aberta ao princípio, uma vez que para além das declarações para memória futura¹⁰², também é sujeito ao contraditório o debate instrutório¹⁰³.

3.2 Das Finalidades do Direito Processual Penal

Para estudarmos os fins do processo penal temos primeiramente que distinguir sobre que perspectiva, dessas mesmas finalidades, o nosso estudo se debruça. Isto porque de acordo com Germano Marques da Silva as finalidades do processo penal “...podem buscar-se numa perspectiva estritamente jurídico-processual, (...) ou em perspectivas metaprocessuais, v.g., políticas ou filosóficas”¹⁰⁴.

Sendo que aqui tencionamos debruçar-nos sobre a interrogação para que fim serve realmente o processo penal, é mais que evidente que nos iremos cingir a uma perspectiva puramente jurídico-processual, uma vez que é esta visão que tem por objectivo interpretar as normas processuais e com isso tentar dar resposta a problemas concretos do direito processual penal.

Germano Marques da Silva diz-nos que o processo “... serve para a aplicação da lei penal aos casos concretos...”¹⁰⁵, sendo que é da nossa opinião que desta aplicação resultam finalidades directas, a saber, a realização da justiça e a descoberta da verdade material, a protecção dos direitos fundamentais, e o restabelecimento da paz jurídica¹⁰⁶.

Ao enunciarmos a realização de justiça e a descoberta da verdade material, temos de ter em conta que estes dois fins nunca deverão ser separados, uma vez que um implica o outro. Isto é, não pode existir realização de justiça se não houver descoberta da verdade material, a sanção só é permitida se tiver sido alcançada a verdade material.¹⁰⁷ Não podemos também colocar estes fins como algo impreterível, pois é necessário respeitar todo o processo e todos os intervenientes no mesmo, sendo que esta verdade e esta realização de justiça pode muitas vezes sair prejudicada em virtude de direitos fundamentais muito mais relevantes.

É com esta visão de algo mais importante que defendemos que outra das finalidades do processo é a da protecção/respeito pelos direitos fundamentais, uma vez que é o mesmo processo que considera como inadmissíveis todas as provas que tenham sido recolhidas

¹⁰² Cfr. Artigos 271.º e 294.º do CPP.

¹⁰³ Cfr. Artigos 298.º; 299.º; 301.º n.º2 do CPP.

¹⁰⁴ Germano Marques da Silva, *Curso...*, 2008, p.23, ll.18-22.

¹⁰⁵ *Idem* p.23, l.25.

¹⁰⁶ Manuel Monteiro Guedes Valente, *Processo...*, 2010, pp.26-27.

¹⁰⁷ Germano Marques da Silva, *Curso...*, 2008, p.24.

com recurso a violações de direitos fundamentais, constitucionalmente previstos, uma vez que o processo penal é “... uma instituição jurídica e social complexa onde se reflectem necessariamente os valores culturais de uma dado momento histórico e as próprias ideologias do poder.”¹⁰⁸, sendo que nada é mais importante que os direitos que consagram a dignidade humana, mesmo que para isso a verdade saia prejudicada.

Outra das finalidades por nós enunciada, prende-se com o restabelecimento da paz jurídica, este é dos fins mais importantes no processo, uma vez que sempre que ocorre determinado crime, ou existe suspeita de prática de algum crime, a sociedade fica de imediato alarmada, o que faz com que a mesma se destabilize, pois determinado bem jurídico de extrema importância para a mesma foi lesado ou suspeitam que tenha sido lesado. Posto isto cabe ao processo estabilizar a paz jurídica da sociedade fazendo com que os culpados ressarcem o bem violado ou que paguem pelo mesmo¹⁰⁹, restabelecendo assim a paz jurídica da sociedade.¹¹⁰

Como verificamos anteriormente o processo penal tem como grande princípio orientador as finalidade anteriormente mencionadas, mas é facto também que além de todas elas se revestirem de extrema importância, sobrepõem-se (entram muitas vezes em conflito) umas às outras, sem que possamos claro, afirmar qual delas é a que tem mais valor jurídico, assim sendo uma finalidade nunca é mais importante que outra.

Para tentarmos integrar todas as finalidades no decorrer do processo é necessário recorrermos ao Princípio da Concordância Prática. Princípio este que “... a doutrina constitucional e processual penal fez revigorar face à interpretação das normas quando na balança se procura equilibrar princípios e direitos e interesses públicos e privados relevantes.”¹¹¹, com o objectivo de seguirmos mais determinada finalidade em detrimento de outra, tendo em conta o caso concreto.

Nesta conjugação de fins é necessário ter em conta para além do caso concreto, o bem jurídico em causa, isto porque quando falarmos em bens jurídicos uns revestem mais importância do que outros¹¹².

¹⁰⁸ Júlio Maier *cit. in* Germano Marques da Silva, *Curso de Processo... I*, 2008, p.24.

¹⁰⁹ Através da sanção, quer com penas de multa quer com penas de prisão.

¹¹⁰ Manuel Monteiro Guedes Valente, *Processo...*, 2010, p.27.

¹¹¹ Manuel Monteiro Guedes Valente, *Teoria Geral do Direito Policial*, 2009, p.177, II.2-4.

¹¹² A escala da hierarquia dos bens jurídicos depende das sociedades (pois umas sociedades atribuem mais importância a determinados bens do que outras), e das legislações próprias de cada país ou região.

4. Dos Órgãos de Policia Criminal no Actual Modelo Processual Penal

Os órgão de policia criminal encontram sua definição jurídica plasmada no Artigo 1.º alínea c) do CPP, que os define como “... entidades e agentes policia a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados neste código.”, contudo não é menos importante definirmos aqui também a figura de Autoridade de Policia Criminal, à qual o Código Processual Penal atribui a definição de “... os directores, oficiais, inspectores, e sub-inspectores de policia e todos os funcionários policia a quem as leis respectivamente reconhecerem aquela qualificação.”¹¹³.

Apesar da Lei diferenciar estas duas figuras processuais elas são extremamente parecidas, o que as diferencia são simplesmente os factos de as APC possuírem a competência para concretizar detenções fora do flagrante delito por iniciativa própria, quando verificados determinados requisitos¹¹⁴, podem também proceder à localização celular por iniciativa própria¹¹⁵.

O facto dos APC possuírem alguns competências a mais do que os OPC, não significa que os mesmos tenham menos competências que os OPC, têm as mesmas competências, mais acrescidas das atribuídas pelos artgs. 257.º n.º2 e 252.º -A do CPP.

É também de extrema importância referirmos que não é pelo facto de elementos de relevância para o processo como as APC revestirem de algumas mais competências, que deixam de coadjuvar as Autoridades Judiciárias, pois as APC's não têm qualquer competência de direcção de inquérito, funções de julgamento e aplicação de medidas de coacção^{116/117}. No entanto é necessário referir que em questões hierárquicas as autoridades de polícia criminal figuram-se como superiores hierárquicos aos órgãos de polícia criminal.

4.1 Natureza Jurídico-processual dos OPC

Ao esclarecemos a posição dos OPC's no processo penal, partilhamos inteiramente da opinião de Germano Marques da Silva¹¹⁸ quando este afirma que apesar destes órgãos terem um papel de extrema importância (consideramos mesmo fundamental) no processo, não é de todo correcto classificar os mesmos como sujeitos processuais.

Na nossa opinião esta classificação não é a mais correcta porque apesar de os OPC's possuírem especiais direitos e deveres durante o processo, a estes não “... cabe o

¹¹³ Cfr. Artigo 1.º alínea d) do CPP.

¹¹⁴ Cfr. Artigo 257.º n.º2.

¹¹⁵ Cfr. Artigo 252.º - A.

¹¹⁶ Exceptuando o Termo de Identidade e Residência.

¹¹⁷ Henrique Eiras, *Processo Penal Elementar*, 2010, p.38.

¹¹⁸ Germano Marques da Silva, *Curso...I*, 2008, p.279.

exercício de poderes e deveres que conglobam-se na noção de *acção*, quer na forma de acusação, quer na forma de defesa.”¹¹⁹.

Outro dos motivos tem por base o facto de os OPC’s coadjuvarem as AJ, o que faz com os mesmos actuem numa base de direcção funcional levada a cabo pelas mesmas Autoridades. Quanto à eventualidade de se considerar o facto de existirem determinados actos de extrema importância processual¹²⁰, revestidos de competência própria dos Órgãos de Policia Criminal, como argumento para considerar os mesmos sujeitos processuais, é nossa opinião que tal argumento não deve ser válido, uma vez que estes actos são praticados sem a direcção do MP, ou do JIC, sendo considerados actos praticados fora do processo, até ao momentos em que sejam devidamente aceites pelas autoridades capazes.¹²¹

4.2 A Função da Coadjuvação

O CPP atribui uma função de coadjuvação aos OPC’s por força do n.º 1 do artigo 55.º, que atribui o dever a estes órgãos de coadjuvar em pleno as autoridades judiciárias¹²², com o intuito de levar a cabo a realização das finalidades processuais.

Esta figura da coadjuvação vem tão-somente vincular a actuação dos OPC’s a uma direcção processual das autoridades judiciárias, consoante a fase processual a decorrer¹²³. Isto é, as autoridades judiciárias emanam determinadas directrizes, que irão permitir aos OPC’s a realização de determinados actos¹²⁴, com vista ao correcto andamento do processo e com o intuito de realizar as finalidades do processo penal.

Para além de estarem vinculados a uma direcção processual por parte das autoridades judiciárias, os OPC’s actuam também na dependência funcional destas¹²⁵.

De acordo com Pedro Sousa¹²⁶ a dependência funcional traduz-se no facto de as autoridades judiciárias respeitarem a hierarquia das policias, “autonomia organizacional”, sem que nunca seja posta em causa a direcção processual das AJ, uma vez que quando a

¹¹⁹ Germano Marques da Silva, *Curso... I*, 2008, p.279, ll.7-9.

¹²⁰ Capitulo II, artigos 248.º e ss., do CPP.

¹²¹ Germano Marques da Silva, *Curso... I*, 2008, p.279.

¹²² Ministério Publico, Juiz de Instrução Criminal e Juiz.

¹²³ No inquérito encontram-se sob a direcção do MP, e na fase de instrução encontram-se sob a direcção do JIC.

¹²⁴ Actos esses em que os OPC’s são representantes das autoridades judiciárias.

¹²⁵ Cfr. Artigo 56.º do CPP

¹²⁶ Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa, “Ministério Publico, Órgão de Policia Criminal e Medidas Cautelares e de Policia” in *Politeia*, 2009-2010, p.293.

actuação dos OPC's disser unicamente respeito ao processo, estes devem estar sempre sob a responsabilidade das AJ's e não dos seus superiores hierárquicos.

Esmiuçando ainda mais a figura da dependência funcional, podemos afirmar que o grande objectivo desta é fazer com que seja assegurada a disciplina própria das forças policiais, é também esta figura que obriga as AJ a respeitar as opções tácticas dos OPC, para que deste modo os actos a praticar sejam o mais eficazes e eficientes umas vez que são os OPC's os especialistas da táctica e da técnica.¹²⁷

Assim sendo podemos claramente afirmar que, fazemos nossas as palavras de Pedro Sousa ao declarar que "... tal conceito deverá ser entendido como o *alfa* e o *ómega* do modelo de relacionamento entre autoridades judiciais e órgão de policia criminal."¹²⁸.

4.3 As Medidas Cautelares e de Policia no Actual Modelo Processual

É um facto já sabido de que todo o processo penal gira em torno da prova, assim sendo é de capital importância preservar ou recolher o maior número possível de meios probatórios. Este acto de protecção e recolha é das obrigações mais importantes a que os OPC's estão sujeitos¹²⁹, consideramos até que esta é a função primordial dos OPC's, porque a convicção do Tribunal baseia-se nas provas consideradas válidas, ou seja no que é considerado provado ou não¹³⁰.

Estas medidas cautelares de que aqui falamos, atribuem aos OPC's poderes para interferir com certos direitos fundamentais dos suspeitos¹³¹, com vista à preservação de meios de prova¹³².

É exactamente pelo perigo que estas medidas representam para os direitos fundamentais que o legislador entendeu por bem tipificar as mesmas no Código Processual Penal, bem como pelo facto de os actos do processo estarem intimamente dependentes destas medidas de polícia.¹³³

É de salientar o facto de que apesar de o legislador atribuir estes importantes poderes aos OPC's os mesmos só os poderão aplicar em caso de urgências extrema, ou seja, só os podem por em prática quando as circunstancias revestirem de uma intervenção

¹²⁷ Germano Marques da Silva, *Curso... I*, 2008, p.270.

¹²⁸ Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa, "Ministério Público..." in *Politeia*, 2009-2010 p.293, II.5-7.

¹²⁹ Por força do Artigo 249.º do CPP.

¹³⁰ Cfr. Artigo 374.º n.º2 do CPP.

¹³¹ Nomeadamente em relação às revistas, buscas, apreensões, localizações, entre outras.

¹³² Aqui falamos de competências cautelares pré ordenadas para fins do processo, sendo que não o devemos confundir com as competências cautelares de natureza preventiva, presentes na LSI.

¹³³ Germano Marques da Silva, *Curso... III*, 2009, p.67.

rápida do OPC com vista à preservação ou recolha de determinadas provas, em que se o mesmo aguardasse pela autorização da Autoridade Judiciária, as provas em causa estaria perdida para sempre.¹³⁴

Contudo, é necessário que o OPC's sempre que faça uso de tais poderes, tenha a obrigatoriedade de comunicar tal situação a AJ, na mais curto janela de tempo, isto porque esta acção por parte dos OPC's não reveste de natureza processual, uma vez que dependem de validação posterior por parte da AJ, para que seja incorporada no processo¹³⁵, respeitando assim a direcção do processo por parte das AJ.

¹³⁴ Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa, "Ministério Público..." in *Politeia*, 2009-2010, p.298.

¹³⁵ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Processual Penal*, 2008, p.650.

Capítulo II – Do TIR como Medida de Coacção

1. Medidas de Coacção

1.1 Resenha Histórica

Apesar de o nosso primeiro Código Processual Penal datar de 1929, a figura jurídica das medidas de coacção já existiam no nosso âmbito jurídico-penal, uma vez que as próprias Ordenações, já tipificavam estas medidas¹³⁶.

Foi durante o reinado de D. João I que, pela primeira vez foi regulada a medida coactiva da prisão preventiva¹³⁷, sendo que as mesmas normas foram transitadas quer para as Ordenações Manuelinas, quer para as Ordenações Filipinas.¹³⁸

Na nossa opinião a grande evolução para a época prendia-se com o facto de, apesar de existir a possibilidade da prisão preventiva, a mesma não podia ser consumada sem que houvesse ordem de algum magistrado e, fosse também formada a culpa¹³⁹. Se por ventura não fosse formada a culpa num prazo máximo de oito dias, seria de imediato restituída a liberdade ao arguido.¹⁴⁰

É ainda de referir que àquela época, se um individuo cometesse um crime considerado gravoso, e existissem fortes indícios em como teria sido responsável pelo mesmo o arguido, era também decretada a prisão preventiva. Se por ventura não houvesse fortes indícios incriminatórios para o arguido o mesmo era também sujeito a prisão preventiva, se não tivesse meios para efectuar o pagamento de uma fiança.¹⁴¹

Com a Revolução Liberal de 1820, é criada a primeira Constituição portuguesa¹⁴², que pouco vem alterar o disposto nas Ordenações no que diz respeito a esta matéria, aquilo que até então se entendiam como crimes graves, passam a ser enunciados pela Constituição, continuando a ser requisito para a aplicação da medida de coacção (prisão preventiva).¹⁴³

¹³⁶ À data das ordenações só figura como medida de coacção a prisão preventiva.

¹³⁷ Figura esta que existia durante os reinados anteriores, mas não estava regulada em lei própria, simplesmente era possível, sendo que existia qualquer requisito para a aplicação da mesma.

¹³⁸ Germano Marques da Silva, *Curso... II*, 2008, p.316.

¹³⁹ Existiam duas excepções a esta condição, eram elas o flagrante delito ou quando a moldura penal consequente do crime fosse a pena de morte.

¹⁴⁰ Germano Marques da Silva, *Curso.. II*, 2008, p.316.

¹⁴¹ *Idem* p.317.

¹⁴² Constituição de 1822.

¹⁴³ Germano Marques da Silva, *Curso...II*, 2008, p.317.

Foi também legislado que, sempre que um réu era preso preventivamente, num prazo máximo de 24 horas, o juiz, tinha de fazer chegar ao mesmo um documento onde constava, “... o motivo da prisão e os nomes do acusador e das testemunhas, havendo-os.”¹⁴⁴, sendo que se o réu tivesse condições financeiras para tal, em alguns crimes a prisão poderia ser substituída por fiança.¹⁴⁵

Com a entrada em vigor do CPP de 1929, há uma reforma de revelo no sistema penal português, mas no que diz respeito à matéria aqui tratada, este código nada vem alterar, uma vez que a regra da prisão preventiva mantêm-se, acrescentando-se a possibilidade de o réu sair em liberdade com fiança/caução, ou sem ela, mediante “termo de identidade”^{146,, 147} este é a primeira medida coactiva que se assemelha em parte à figura jurídica do Termo de Identidade e Residência.

Com a entrada em vigor do DL n.º 185/72, que veio reformar o CPP de 29, a prisão preventiva passa a ser uma excepção à regra, foi criado o estatuto de “liberdade provisória”, estatuto este que revestia todos os arguidos. Com este novo decreto o arguido passava a estar sujeito a especiais obrigações, sendo que a prisão preventiva só seria decretada, quando se perspectivasse que o arguido não iria cumprir as especiais obrigações a que estava sujeito, representando desta forma risco para as finalidades processuais¹⁴⁸, ou quando este estatuto se revela-se inadmissível¹⁴⁹.

Apesar de em 1976 ter entrado em vigência a sexta Constituição portuguesa, esta não figurou alterações significativas ao então modelo de medidas coactivas.

Foi com a entrada em vigor do novo Código Processual Penal de 1987, que se verificou uma regulação e tipificação legal de medidas de coacção que até então era inexistente. Assim, este CPP, pela primeira vez na história do direito processual penal, atribuíu um estatuto¹⁵⁰ ao suposto criminoso, sem que houvesse a obrigatoriedade de o juiz lhe imputar qualquer medida coactiva (com a excepção do TIR).¹⁵¹

Este novo Código, veio obrigar a que fossem implementadas medidas coactivas, sempre com base no princípio da legalidade¹⁵², da proporcionalidade¹⁵³, e também com

¹⁴⁴ *Idem* p.317, l.16-17.

¹⁴⁵ *Idem* p.318.

¹⁴⁶ O “termo de identidade”, era utilizado em crimes simples, que segundo Germano Marques da Silva, esses mesmos crimes incorriam em processos de polícia correcional.

¹⁴⁷ Germano Marques da Silva, *Curso... II*, 2008, pp.318-319.

¹⁴⁸ Cfr. Artg. 291.º N.º 3 alíneas a), b), c) do CPP de 1929 (Depois da reforma de 1972).

¹⁴⁹ Cfr. Artg. 291.º N.º 2 alíneas a), b) do CPP de 1929 (Depois da reforma de 1972).

¹⁵⁰ O estatuto de Arguido.

¹⁵¹ Germano Marques da Silva, *Curso... II*, 2008, p.323.

¹⁵² Cfr. Artg. 191.º do CPP (só podem ser aplicadas as medidas de coacção tipificadas pela lei).

¹⁵³ Cfr. Artg. 193.º do CPP.

base em pressupostos, como o facto das medidas de coacção só poderem ser aplicadas a indivíduos constituídos arguidos¹⁵⁴, as medidas só podem ser aplicadas quando forem essenciais ao normal desenrolar do processo e depois há pressupostos específicos para a aplicação de medidas coactivas específicas¹⁵⁵.

1.2 Conceito de Medidas de Coacção

As medidas de coacção são figuras que limitam os direitos (alguns dos quais fundamentais) dos arguidos, através de actos de natureza cautelar, tendo sempre em vista o cumprimento dos fins do DPP.¹⁵⁶

Depois de esclarecermos de forma abstracta, o que são medidas de coacção, sublinhamos a importância que a palavra “cautelar” tem na definição destas medidas. Isto porque a finalidades das mesmas não podem ser jamais confundidas com as finalidades das penas, pois têm fins totalmente diferentes, as primeiras recaem apenas sobre os objectos de determinado processo, para que não existam obstáculos ao normal decorrer do processo,¹⁵⁷ enquanto que as segundas, visam reabilitar o criminoso (tornando-o capaz de viver em sociedade), bem como o restabelecimento da paz social.

Apesar destas medidas imporem grandes atropelos aos direitos liberdades e garantias são completamente necessárias, devido ao tempo que decorre desde a notícia do crime até à conclusão do processo. É pelo facto de a investigação percorrer várias fases e, por consequência levar um tempo considerável (por vezes anos) a ser concluída, pondo em risco a conservação de meios de prova, ou a não realização dos fins do DPP, que estas medidas cautelares existem, ou seja, elas vão garantir a eficácia processual.¹⁵⁸

Estas medidas de que aqui temos falado, bem como a forma de as aplicar, estão dispostas no livro IV do CPP, abrangendo do artigo 191.º ao 226.º, desta forma todo o processo de aplicação das medidas de coacção passa a estar legalmente tipificado no nosso CPP¹⁵⁹.

Para podermos aplicar as medidas de coacção a alguém é necessário preencher determinados requisitos expressos no CPP. Deste modo e tendo por base o artigo 192.º do CPP, podemos afirmar que, para ser aplicada alguma medida de coacção a algum suspeito

¹⁵⁴ Cfr. Artg. 192.º do CPP.

¹⁵⁵ Como por exemplo a prisão preventiva onde para ser aplicada é necessário que sejam preenchidos os requisitos dispostos no artigo 202.º n.º1 do CPP.

¹⁵⁶ Henrique Eiras; Guilhermina Fortes, *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*, 2010, p.484.

¹⁵⁷ Teresa Beleza, *Apontamentos de Direito Processual Penal*, 1992, p.8.

¹⁵⁸ Germano Marques da Silva, *Curso... II*, 2008, p.287.

¹⁵⁹ Estas medidas são de tal forma lesivas de alguns direitos fundamentais que, o legislador achou por bem tipificar todo o seu processo de execução no CPP.

é necessário primeiramente constitui-lo arguido no processo em causa¹⁶⁰, com base no artigo 58.º do CPP¹⁶¹ e só quando não existam fundados motivos para a isenção da responsabilidade ou extinção do procedimento criminal¹⁶².

Neste contexto entendemos que quando o legislador recorre à expressão “fundados motivos”, está-nos a remeter para a livre apreciação da prova, regime este disposto no artg.127.º do CPP.¹⁶³

No que diz respeito à isenção da responsabilidade, pensamos que o legislador quis deixar de fora do âmbito de aplicação das medidas de coacção, todos os casos em que o individuo actua com base em “causas de justificação ou desculpa do facto, extinção de responsabilidade criminal ou isenção da pena”¹⁶⁴, podemos apontar como exemplo a legitima defesa, a não responsabilização dos políticos ou a imputabilidade.

Apesar dos requisitos tipificados no CPP, a doutrina entende também que nenhuma medida de coacção deva ser aplicada sem que sejam preenchidos os seguintes requisitos:¹⁶⁵

- a) Tenha existido uma abertura de um determinado processo;
- b) O Processo tem que correr contra determinada pessoa;
- c) A pessoa contra a qual corre o processo tenha sido constituída arguida;
- d) Existência de carências processuais de carácter cautelar.

Não se pense que as medidas de coacção são acções abstractas, ocasionais e discricionárias por parte dos juízes, que aplicam as mesmas da forma que bem entenderem aos arguidos, tendo em vista a eficácia e eficiência do processo. Estes têm portanto que respeitar rigorosamente o princípio da legalidade/tipicidade subjacentes ao artg. 191.º do CPP, artigo este que apenas permite às AJ aplicarem as medidas de coacção previstas na legislação¹⁶⁶, sendo que qualquer medida coactiva que seja decretada e não esteja prevista é considerada ilegal.

¹⁶⁰ Crf. Artg. 192.º n.º1.

¹⁶¹ Sempre que existam fundadas suspeitas que determinado agente tenha praticado um crime, tendo competência para a execução de tal acto a AJ ou os OPC, sendo que se forem os últimos a efectuarem a diligência a mesma requer de aprovação por parte da AJ num prazo máximo de dez dias. Se alguma vez for aplicada medida de coacção a determinado indivíduo, sem previa constituição de arguido, a mesma é considerada ilegal (inexistente juridicamente), sendo que o indivíduo passa estar abrangido pelo direito de resistência, cf. artg. 21 da CRP.

¹⁶² Crf. Artg. 192.º n.º2.

¹⁶³ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário...*, 2008, p.543.

¹⁶⁴ *Idem* p.543, ll.20-21.

¹⁶⁵ Henrique Eiras, *Processo...*, 2010, p.178.

¹⁶⁶ Para que não fosse criada qualquer confusão, o n.º 2 do mesmo artigo vem esclarecer que a obrigatoriedade de um indivíduo suspeito de prática criminal, se ter de identificar perante solicitação de OPC, não constitui uma medida de coacção, mas sim uma medida cautelar de polícia.

O CPP¹⁶⁷ obriga as autoridades competentes na aplicação de medidas de coacção, a regerem-se, na aplicação das mesmas, por três princípios fundamentais, o princípio da necessidade, o princípio da adequação, e o princípio da proporcionalidade.

Ao termos em conta o princípio da necessidade¹⁶⁸ podemos claramente afirmar que para ser aplicada qualquer medida de coacção a mesma tem que ser necessária ao processo, sendo que se a mesma não for aplicada o processo fica irremediavelmente comprometido, deste modo “... o operador judiciário, (...) deve formar um juízo prévio no sentido de equacionar se, no caso, se torna absolutamente necessário sujeitar alguém a uma medida desse tipo...”¹⁶⁹.

No que diz respeito ao princípio da adequação, o mesmo configura uma importância extrema na aplicação destas medidas, pois este princípio é utilizado para que a AJ selecione qual a medida a impor ao arguido, tendo por base as exigências processuais, por outras palavras podemos afirmar que a adequação serve de critério de aplicação.¹⁷⁰

É também este mesmo princípio que obriga a AJ a optar sempre pela aplicação das medidas menos gravosas ao arguido, desde que estas sejam suficientes para satisfazer as exigências cautelares do processo em causa, isto porque é sempre necessário que a AJ se decida por uma medida cautelar ajustada às exigências processuais¹⁷¹, sob pena de aplicar uma medida extremamente gravosa que apesar de ser mais gravosa, não vai preencher as exigências cautelares do processo.

O princípio da proporcionalidade surge também como um princípio a ter em conta na aplicação das medidas coactivas, porque uma dos factores que a AJ deve ter em conta na aplicação das medidas de coacção é o grau de gravidade do crime cometido pelo arguido, uma vez que seria de todo inaceitável que fosse aplicada por exemplo uma medida de coacção de obrigatoriedade de permanência na habitação, ou de prisão preventiva a um indivíduo que tivesse cometido um crime, cuja a pena seria uma simples multa.

É ainda de extrema importância referir que, as medidas de coacção¹⁷² para serem aplicadas é necessário que seja previamente ouvido ao arguido¹⁷³, podendo ter lugar no

¹⁶⁷ Cfr. Artg. 193.º do CPP.

¹⁶⁸ Cfr. Artg. 193 n.º1 do CPP.

¹⁶⁹ Manuel Simas Santos; Manuel Leal-Henriques; João Simas Santos, *Noções...*, 2010, p.274, 1.8-11. Se as exigências cautelares do processo ditarem que determinado indivíduo tem que deixar de exercer a sua profissão enquanto decorre a investigação, a AJ deve decidir se por aplicar o artg. 199.º do CPP.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ A medida mais proporcional na maior parte dos casos a menos gravosa, pois é aquela que vai sempre de encontro à situação específica, respeitando o princípio da proporcionalidade, por exemplo, Suspensão do exercício de profissão, e não pelo artg. 202.º - Prisão preventiva. Apesar de as duas resolverem o problema a primeira é proporcional e específica, enquanto que a segunda não é proporcional nem específica.

¹⁷² Com a excepção do TIR.

primeiro interrogatório judicial, de acordo com Paulo Pinto de Albuquerque o legislador contemplou a obrigatoriedade de audiência do arguido para que não fossem aplicadas medidas coactivas de surpresa.¹⁷⁴

1.3 Competência de aplicação das Medidas de Coacção

Como já constatamos anteriormente as medidas de coacção são medidas coactivas, de natureza cautelar que visam assegurar as finalidades do processo. Contudo existem regras de aplicação das mesmas e autoridades próprias com competência para as aplicar ao arguido, como iremos ver de seguida.

De acordo com o n.º1 do artigo 194.º cabe ao juiz a decisão de aplicação¹⁷⁵ de medidas coactivas¹⁷⁶, pelo facto de estas violam direitos fundamentais. Uma vez que o processo percorre várias fases processuais (inquérito, instrução e julgamento), é necessário esclarecer quais as AJ competentes a aplicar estas medidas durante as várias fases processuais.

Tendo em conta primeiramente o inquérito, nesta fase processual a aplicação de medidas de coacção cabe ao JIC¹⁷⁷, mas sempre com o prévio requerimento efectuado pelo MP. É de referir que, as APC podem também requerer ao JIC a aplicação de medidas de coacção em casos de urgência ou perigo na demora¹⁷⁸, bem como os assistentes¹⁷⁹, através de requerimento^{180/181}.

O JIC se assim o entender pode aplicar medidas menos gravosas ao arguido do que aquelas requeridas pelo MP, mas por força do n.º 2 do artigo 194.º não é admissível o JIC aplicar medidas mais gravosas ao arguido do que aquelas que o MP requereu, sob pena de nulidade.

Se depois de terminada a fase de inquérito for necessário o processo entrar na fase de instrução as medidas de coacção deixam de ser requeridas pelo MP, pois nesta fase o

¹⁷³ Cfr. Artg. 194.º n.º 3.

¹⁷⁴ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário...*, 2008, p.552.

¹⁷⁵ São sempre aplicadas através de despacho judicial

¹⁷⁶ Com a excepção do Termo de Identidade e Residência.

¹⁷⁷ Cfr.Artg. 268.º n.º1 alínea b), de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo a decisão tem que ser proferida num prazo máximo de 24 horas.

¹⁷⁸ Cfr.Artg. 268.º n.º 2.

¹⁷⁹ Do regime dos assistentes trata o Artg. 68 e seguintes.

¹⁸⁰ Cfr.Artg. 268.º n.º 2; Artg. 69.º; Artg. 70.º n.º1; Artg. 98.º n.º2;

¹⁸¹ Paula Marques Carvalho, *As Medidas de Coacção e de Garantia Patrimonial, uma análise prática à luz do Regime Introduzido pela lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto*, 2008, pp.25-26-27.

responsável pelo processo é o JIC¹⁸², assim sendo estas medidas passam a ser directamente decretadas pelo JIC.

Posteriormente, na fase de julgamento, as medidas de coacção são aplicadas pelos juiz julgador, sem que seja necessário o MP requerer as mesmas, uma vez que a competência processual pertence ao juiz julgador¹⁸³.

2. Termo de Identidade e Residência

2.1 Resenha Histórica

Em termo histórico o TIR é algo de recente no nosso sistema jurídico, isto porque a primeira vez que surge uma medida coactiva parecida com esta, é no CPP de 1929, que passou a tipificar uma medida designada por “termo de identidade”.

O “termo de identidade” não revestia de uma medida de coacção da forma como as entendemos hoje em dia, isto porque naquela altura esta figura jurídica era utilizada simplesmente para se identificar o indivíduo, com o intuito de o réu¹⁸⁴ não esgueirar ao processo. Este termo era à época considerado um dever processual, sendo que o mesmo estava abrangido pelo pagamento de uma taxa processual, se o réu não tivesse condições económicas para efectuar o pagamento deste acto processual, seria decretada a prisão preventiva do mesmo.¹⁸⁵

Com a reforma processual penal de 1972¹⁸⁶, o legislador assumiu que o TIR não consistia numa medida de coacção, mas sim numa obrigação processual¹⁸⁷ do arguido, sendo que o arguido era obrigado a declarar a sua identidade e residência, durante o primeiro interrogatório judicial, é ainda de referir que este deixou de ser um acto processual pago, logo deixaram de existir as prisões preventivas com base no não pagamento do acto jurídico TIR.¹⁸⁸

Com a entrada em vigor do DL n.º 605/75 de 3 de Novembro, o TIR deixou de ser um acto processual obrigatório, para passar a ser apenas imposto pelo juiz, quando assim achasse necessário, uma vez que o arguido ficava apenas obrigado a estar à disposição do

¹⁸² Cfr. Artg. 288.º n.º1.

¹⁸³ Cfr. Artg. 323.º do CPP.

¹⁸⁴ Assim como era designada o acusado (actual arguido) pelo CPP de 1926.

¹⁸⁵ Germano Marques Silva, *Curso...*, 2008, p.324.

¹⁸⁶ Reforma do CPP de 1929 levada a cabo pelo Decreto de Lei n.º 185/72 de 31 de Maio.

¹⁸⁷ O arguido estava sujeito a um conjunto de deveres que não abrangia única e exclusivamente o TIR, mas outros mais.

¹⁸⁸ Germano Marques da Silva, *Curso...*, 2008, p.325.

tribunal, estas alterações¹⁸⁹ surgiram devido ao facto de a Constituição proibir prisões pelo simples incumprimento de obrigações processuais^{190/191}.

É ainda de salientar o facto de o TIR ganhar uma importância extrema na nossa realidade jurídico-penal, com a reforma processual penal de 1998. Reforma esta que passou a permitir o julgamento na ausência do arguido, desde que este tenha constituído TIR, no âmbito do artg. 196.º do CPP.

2.2 A Importância do TIR nas Finalidades Processuais

Como podemos verificar anteriormente as finalidades processuais representam a descoberta da verdade material, a realização de justiça, a protecção dos direitos fundamentais e o restabelecimento da paz jurídica. Apurámos também que o grande objectivo das medidas de coacção é o de fazer com que as finalidades processuais sejam atingidas, assim resta-nos agora reflectir sobre a ligação directa que existe entre os TIR e a (s) finalidade (s) processual (ais).

Ao fazermos uma análise do n.º 3 do artigo 196.º do CPP, verificamos que o arguido fica completamente limitado uma vez que tem de estar sempre à disposição do tribunal e sempre à espera que todas as notificações lhe cheguem a casa, não podendo ausentar-se da mesma por largos períodos de tempo, sendo que se tal não acontecer o mesmo fica sujeito a consequências processuais¹⁹².

Deste modo podemos afirmar que cabe ao TIR garantir que pelo menos uma (e por consequência todas as outras) finalidade processual seja cumprida. Estamos-nos claro a referir à finalidade da realização da justiça, é pois no nosso entender esta a finalidade que o TIR garante directamente pelo simples facto de a justiça ter sempre conhecimentos de onde se encontra o arguido.

Esta medida de coacção reveste-se de extrema importância pois permite à justiça vincular determinado (s) arguido (s) a um processo criminal, uma vez que se este escapular à justiça, a mesma não estará limitada pelo simples facto de o arguido não estar presente¹⁹³

¹⁸⁹ Bem como as alterações operadas pelo DL n.º 377/77 de 6 de Setembro.

¹⁹⁰ Manuel Cavaleiro Ferreira, *Curso de Processo Penal – volume I*, 1986, p.165.

¹⁹¹ Germano Marques Silva, *Curso...*, 2008, p.325.

¹⁹² Determinados actos processuais passam a ser efectuados sem a presença do arguido e apenas com a presença do seu defensor em sua representação, podendo também a audiência de julgamento ser realizada sem a presença do arguido, conforme artg. 196.º n.º 3 alínea d).

¹⁹³ Tal situação é garantida pelo disposto no artigo 32.º n.º6 da CRP, bem como pelo disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 196.º do CPP.

e por consequência não se poder defender¹⁹⁴, o que levaria à não realização de julgamento, se tal acontecer o arguido é assim julgado, mesmo não estando presente.

Deste modo podemos claramente afirmar que o TIR é de facto uma medida de extrema relevância no sistema penal português, pois é a base da garantia de realização de justiça, sendo mesmo o regulador do disposto no n.º 6 do artigo 32 da CRP.

2.3 As Implicações Processuais do TIR

Anteriormente verificamos que as medidas de coacção são medidas aplicadas aos arguidos com o intuito de se fazerem cumprir as finalidades processuais, assim o TIR como medida coactiva faz com que alguns direitos dos arguidos passem a estar limitados no âmbito da lei.

Contudo no nosso CPP o TIR não está só definido pelo legislador como uma medida coactiva, aliás se analisarmos o CPP de forma ordenada (do artigo 1.º para o artigo 524.º) podemos claramente constatar que muito antes de serem abordadas as medidas de coacção, o legislador atribuí à figura do TIR o valor de dever do arguido, pois de acordo com o disposto na alínea c) do n.º3 do artigo 61.º do CPP, o arguido tem o dever de prestar TIR no exacto momento em que lhe atribuem essa qualidade.

As limitações e as obrigações que decorrem do TIR estão tipificadas no artigo 196.º do CPP, se repararmos no disposto no n.º2 do artigo em causa podemos constatar que a legislação obriga o arguido a indicar alguns dados da sua esfera privada como é o local de residência ou de trabalho.

Nas alíneas do n.º3 do artigo 196.º do CPP decorrem as obrigações e limitações a que o arguido, quando presta a TIR, está sujeito. Por exemplo a alínea a) do n.º3 impõe que seja dado conhecimento ao arguido de que o mesmo deve se manter à disposição das autoridades e, comparecer perante estas sempre que o seja necessário.

Ao ser sujeito a esta medida de coacção o arguido fica também limitado ao facto de não poder mudar de residência nem ausentar-se da mesma por um período superior a cinco dias, sem antes comunicar ao tribunal competente a sua nova morada ou o local para onde se irá ausentar¹⁹⁵, vendo desta forma limitado o seu direito de livre circulação, implicando também uma penetração das autoridades na esfera da sua vida privada.

¹⁹⁴ Pondo assim em causa o principio do contraditório, principio este consagrada constitucionalmente no artigo 32.º n.º 5 da CRP.

¹⁹⁵ Cfr. Artg.196.º n.º3 alínea b).

Atendo agora ao disposto na alínea d) do n.º3 do artigo 196.º podemos constatar que o legislador limitou em parte o direito de defesa do arguido ao dispor que se o mesmo não cumprisse com as disposições e obrigações resultantes do TIR, todos os actos que carecem da presença do mesmo, incluído a audiência de julgamento, seriam efectivamente realizados mesmo sem a presença deste, para tal só há necessidade de garantir a presença do seu defensor.

É ainda de notar que o legislador deixa expressamente claro que todas as medidas presentes no CPP podem ser cumuláveis com TIR, assim sempre que existam necessidades processuais todas as medidas possam ser aplicadas, sem que de isso resulte qualquer irregularidade jurídica.

2.4 A natureza do TIR

O nosso legislador optou por tipificar o Termo de Identidade e Residência no livro IV, título II, capítulo I, artigo 196.º do CPP, classificando desta forma o TIR como medida de coacção, admissível no Código Processual Penal.

Esta classificação não é aceite por todos os autores, uma vez que segundo Teresa Beleza este não pode ser classificado como medida de coacção, no mesmo grau de importância e de limitação de direitos liberdades e garantias das restantes medidas admissíveis pelo CPP, isto porque o TIR não é imposto ao arguido pelo facto de existirem necessidades especiais a salvaguardar no processo, sendo prova disso mesmo a excepção que o legislador faz ao TIR no artg.204 do CPP.¹⁹⁶

É também de referir que desta forma o TIR é uma excepção ao disposto no artg.193.º do CPP¹⁹⁷, logo é aplicado sem ter em conta o princípio da proporcionalidade, o princípio da necessidade, e o princípio da adequação.¹⁹⁸

Importa aqui também trazer a opinião de Odete Maria Oliveira no que diz respeito a tal matéria, uma vez que a mesma tem uma ideia completamente oposta daquela acima referida, isto porque a autora dá a entender que partilha da opinião do legislador quando este classifica o TIR como uma “... verdadeira medida de coacção...”¹⁹⁹, mas não deixa ao mesmo tempo de fazer uma ressalva e aproveitar para deixar claro que esta medida tem

¹⁹⁶ Teresa Beleza, “Apontamentos...”, 1992, p.8.

¹⁹⁷ Não se encontra expressa na lei a excepção do TIR a estes Princípios, no entanto é mais que obvia a sua excepção, por força da obrigatoriedade de prestar TIR sempre que determinado indivíduo é considerado arguido no âmbito do artigo 58.º do CPP.

¹⁹⁸ Manuel Simas Santos; Manuel Leal-Henriques; João Simas Santos, *Noções de...*, 2010, p.287.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Odete Maria, “O Novo CPP” in “jornadas do Direito Processual Penal”, 1991, p.173, l.11.

características muito particulares o que leva a que seja ligeiramente diferenciada das restantes medidas admissíveis pelo CPP.²⁰⁰

No que diz respeito à posição do legislador, apesar de o mesmo considerar o TIR uma medida coactiva ao abrigo do artigo 196.º do CPP, esta não é de todo clara pois o mesmo legislador considera o TIR um dever inerente à própria qualidade de arguido, de acordo com a alínea c) do n.º3 do artigo 61.º do CPP.

Ao analisarmos as posições e os argumentos dos autores aqui referidos, sobre a natureza do TIR, partilhamos da opinião de Teresa Beleza quando esta afirma que o TIR não pode ser considerado uma medida de coacção no mesmo grau de importância e de implicações lesivas aos direitos fundamentais que as restantes, pois na nossa perspectiva apesar de o TIR limitar alguns direitos fundamentais, essa limitação não é total, pois o mesmo não restringe completamente o direito de livre circulação (por exemplo), apenas coloca certas limitações ao mesmo fazendo com que seja parcialmente restringido.

É por esta razão, que temos alguma dificuldade em compreender a posição do legislador ao atribuir ao TIR um estatuto de medida de coacção, isto porque o mesmo ao criar todas aquelas excepções que existem na aplicação do TIR parece ter conhecimento que esta medida coactiva não está ao nível das restantes medidas nem parece adequada ser incluído naquele Livro e naquele título do nosso CPP.

No nosso entender o facto de o legislador considerar o TIR como uma medida inerente à constituição de arguido, é correctíssima devido à importância que o mesmo representa para o cumprimento das finalidades processuais, assim sendo seria mais prático e menos controverso fazê-lo a par do artigo 61.º do CPP (elevando-o unicamente à categoria de dever do arguido), do que considera-lo medida coactiva.

2.5 A Aplicação do TIR

Como já podemos verificar, o TIR encontra-se subordinado às disposições gerais de aplicação das medidas de coacção, uma vez que o legislador inclui o mesmo no Livro IV do CPP, logo a aplicação do mesmo a qualquer arguido deve ser pautada pelas linhas gerais de aplicação das medidas coactivas, presente no nosso Código Processual Penal.

Assim, por força do n.º 1 do artg.192.º do CPP o TIR nunca pode ser aplicado a sujeito que não tenha sido constituído arguido nos termos do artigo 58.º do CPP. Deste modo o n.º 1 do artigo 196.º do CPP²⁰¹ impõe a obrigação de que qualquer AJ ou OPC,

²⁰⁰ *Ibidem.*

²⁰¹ Também reforçado pelo disposto na alínea c) do n.º 3 do artg.61.º do CPP.

tenha que sujeitar obrigatoriamente toda aquela que seja constituído arguido (nos termos do artg.58.º do CPP), a prestar Termo de Identidade e Residência.

Para que esta medida coactiva não fosse confundida com a medida cautelar e de policia disposta no artigo 250.º do CPP²⁰², o legislador entendeu por bem deixar claro que o arguido tem que ser submetido a TIR, mesmo que já tenha sido identificado no âmbito do artg.250.º do CPP, pois estas são medidas de naturezas e âmbitos completamente diferentes, sendo que uma nunca invalida a outra.

Importa aqui referir também que, ao efectuar uma análise desta medida de coacção, Germano Marques da Silva levanta um problema que resulta da aplicação da Lei 48/2007, sendo que na opinião do mesmo é necessário destrinçar o TIR da simples identificação, pois até então sempre que decorresse um processo contra determinado individuo e fosse necessário o mesmo prestar declarações perante OPC ou AJ, este tinha que ser constituído arguido e por consequência prestar TIR, logo estava devidamente identificado e protegido no processo.²⁰³

Com a revisão de 2007 passa a estar disposto no artigo 58.º n.º1 alínea a) que só à lugar a uma obrigatoriedade de constituição de arguido se correr “... inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada da prática de crime...”²⁰⁴, assim sendo qualquer pessoa que vá prestar declarações, e que não haja suspeitas fundadas sobre a mesma (de forma a haver necessidade de a constituir arguido), não é constituída arguido mas, não deixa de ser necessário identificar a mesma em auto de depoimento, e deste modo informar a mesma que não está sujeita a qualquer obrigatoriedade processual. Segundo o autor aqui levanta-se simplesmente o problema de em que qualidade o individuo é identificado, bem como qual é a norma legal que obriga à identificação formal do mesmo.²⁰⁵

Um dos objectivos do TIR é o de fazer com que o arguido possa ser sempre notificado no âmbito processual, é “... assegurar o contacto entre os serviços ou o tribunal respectivo

²⁰² Esta medida institui que qualquer órgão de polícia criminal proceder à identificação de qualquer pessoas que se encontre em espaço publico, ou aberto ao publico, quando a mesma é suspeita de ter perpetrado um crime. O CPP afirma mesmo que se essa pessoa não se quiser identificar o OPC pode compelir a mesma a isso, dando inclusive a possibilidade de o reter em posto policial até conseguir identificar o indivíduo, sendo que esta permanência nunca poderá ultrapassar as seis horas.

²⁰³ Germano Marques da Silva, *Curso... II*, 2008, p.326.

²⁰⁴ Cfr.Artig.58.º n.º1 alínea a) do CPP.

²⁰⁵ Germano Marques da Silva, *Curso ...II*, 2008, p.326.

com o arguido...”²⁰⁶ assim o mesmo deve sempre indicar um domicílio à sua escolha para ser notificado via postal simples²⁰⁷.

O legislador ao optar por classificar o TIR como medida de coacção, reconheceu que o mesmo implicava uma limitação de direitos liberdades e garantias do arguido. Para que o mesmo estivesse ciente das limitações impostas por este termo, o legislador obriga segundo o n.º 3 do artigo 196.º do CPP que o arguido que preste TIR seja informado que:

- Deve estar à disposição das AJ's e dos OPC's, comparecendo perante estes sempre que seja necessário, e estar também sempre à disposição dos mesmos para qualquer esclarecimento no âmbito processual.²⁰⁸
- Não se ausentar da sua residência por mais de cinco dias, nem mudar de residência, sem comunicar²⁰⁹ o mesmo à AJ.²¹⁰
- Todas as notificações serão enviadas para a morada que o arguido apresentar, por via postal simples.²¹¹
- Se não forem cumpridas as disposições anteriormente mencionadas, todas as diligências processuais, incluindo a audiência de julgamento, em que o arguido deveria estar presente, serão efectuadas por representado do seu representante legal.²¹²

O legislador refere ainda no n.º 4 do artigo 196.º do CPP que, o TIR é cumulável com outra qualquer medida de coacção prevista no CPP. No nosso entender o legislador com isto quis criar no TIR um regime de excepção, pois esta é a única medida coactiva que admite a acumulação com todas as outras medidas de coacção, como por exemplo a caução (artg.197.º CPP), a obrigação de apresentação periódica (artg.198.º CPP), a suspensão do exercício de profissão, de função, de actividade e de direitos (artg.199.º CPP), ou a Proibição e imposição de condutas (artg.200.º CPP).

Com esta disposição no n.º4 do artigo 196.º CPP parece-nos que o legislador admite o facto de o TIR não ser uma medida de coacção de tal forma gravosa e lesiva dos direitos

²⁰⁶ Paula Marques Carvalho, “As Medidas...”, 2008, p.80, l.2-3.

²⁰⁷ Cfr. Artg.113.º n.º1 alínea c) do CPP.

²⁰⁸ Cfr. Artg.196.º n.º3 alínea a) do CPP.

²⁰⁹ Esta comunicação pode ser efectuada pelo arguido, ou pelo defensor do arguido, através do envio por via postal registada (ou entregue em mão), de um requerimento destinado à secretaria do tribunal onde decorre o processo, a informar da nova morada, *Cf.* alínea c) do n.º 3 do Artigo 196.º do CPP. É ainda de referir o facto de que este requerimento pode ser efectuado e enviado por pessoa de confiança do arguido, munida de procuração com poderes forenses específicos, sendo que é considerado inválido o requerimento efectuado ou enviado por pessoa munida apenas de procuração com poderes gerais, *Crf.* Ac.RL do Porto, de 13/07/2011 in www.dgsi.pt (Proc. n.º 1704/07).

²¹⁰ Cfr. Artg.196.º n.º3 alínea b) do CPP.

²¹¹ Cfr. Artg.196.º n.º3 alínea c) do CPP.

²¹² Cfr. Artg.196.º n.º3 alínea d) do CPP.

fundamentais, como as outras medidas coactivas, com isto o mesmo mostra que apesar de colocar o TIR debaixo dos requisitos da aplicabilidade das medidas de coacção, este não é entendido pelo legislador como uma medida de coacção com toda a força do conceito.

Para reforçar esta ideia evocamos também o disposto no artigo 204.º do CPP e o n.º 5 e n.º 7 do artigo 194.º do CPP, onde mais uma vez o legislador apresenta um regime de excepção ao TIR. Com este elevado numero de excepções a que a aplicação do TIR está sujeita, no regime geral de aplicação das medidas de coacção, pomos em causa a própria decisão do legislador de incluir esta figura jurídica nas medidas de coacção, sendo que recordamos aqui a afirmação de Teresa Beleza, onde a mesma diz que “... em rigor, não é talvez uma verdadeira medida de coacção (...) uma vez que ela é sempre tomada independentemente de necessidades especiais daquele processo.”²¹³, assim talvez os requisitos da aplicação do TIR, bem como a própria aplicação do TIR deveria constar dos deveres/obrigações a que o arguido está sujeito, e não de medida de coacção que fosse aplicada ao mesmo.

Importa agora referir que à aplicação do TIR estão também sujeitas as pessoas colectivas²¹⁴, isto por força do disposto no artigo 11.º do CP, que faz com que as pessoas colectivas possam ser responsabilizadas criminalmente quando acham cometido crimes em seu nome ou em seu benefício²¹⁵, assim sendo as mesmas ficam obrigadas ao disposto das normas presentes no CP e no CPP, sendo que ficam assim abrangidas também pela sujeição às medidas coactivas presentes no CPP, no âmbito do processo em que se encontram sujeitas à figura jurídica de arguido.²¹⁶

É ao nosso ver necessário também levantar aqui a questão das consequências resultantes da não aplicação do TIR enquanto medida de coacção a individuo constituído arguido no âmbito dos artigos 58.º e 59.º do CPP, sendo que se tal acontecer estamos de acordo com os artigos 118.º n.º 2 e 123.º perante uma irregularidade processual.²¹⁷

²¹³ Teresa Beleza, “Apontamentos...”, 1992, p.8, ll.34-36.

²¹⁴ Entende-se por pessoas colectivas as associações, as fundações, as sociedades e as empresas, sendo que para serem reconhecidas perante a Lei como pessoas colectivas, é necessário que as mesmas sejam possuidoras de personalidade jurídica, de acordo com os requisitos legalmente impostos.

²¹⁵ Quando as pessoas colectivas prestam TIR fica ressalvado o facto de as mesmas poderem acompanhar todo o processo, uma vez que apesar de os membros da direcção terem sido constituídos arguidos e prestado TIR, este mesmos os titulares dos referidos órgãos podem mudar com o tempo, ficando assim ressalvado sempre o interesse da pessoas colectiva, uma vez que apesare dos titulares dos órgão serem outros, a pessoa colectiva será sempre notificada na morada da sua sede (por exemplo), e terá que comunicar sempre ao tribunal qualquer alteração da morada da sua sede.

²¹⁶ Paula Marques Carvalho, “As Medidas de Coacção ...”, 2008, p.81.

²¹⁷ *Ibidem*.

Contudo é de opinião diferente Paulo Pinto de Albuquerque, isto porque segundo o mesmo a não aplicação do TIR a indivíduo constituído arguido, de acordo com o artigo 120.º do CPP, resulta de uma nulidade sanável, isto porque segundo o autor a obrigatoriedade de o arguido ser sujeito a TIR, é imposta por Lei.²¹⁸

Grande problemática se levanta na doutrina acerca do disposto no artigo 219.º do CPP, uma vez que o mesmo permite quer ao arguido quer ao Ministério Público interpor recurso sobre a qualquer decisão que aplique, mantenha, ou substituía alguma medida de coacção²¹⁹, desta forma resta-nos interrogarmo-nos de como é que será feito o permitido recurso em relação ao TIR, se o mesmo a aplicação do mesmo é decidida por OPC ou pelo Ministério Público, sendo que as decisões destas entidades para efeitos legislativos não são consideradas decisões judiciais.²²⁰

Dos vários autores que abordam esta temática debruçamo-nos sobre a análise que Fernando Gonçalves e Manuel João Alves efectuem desta problemática doutrinária, onde os mesmos apontam como uma das soluções, entendermos que pelo facto do TIR ser uma medida de coacção obrigatoriamente imposta por Lei, a todos aqueles que são constituídos arguidos em determinado processo crime, não está sujeito a um recurso, pois esta medida não é uma decisão quer do Ministério Público, quer dos OPC's.²²¹

Contudo, os mesmos autores afirmam que apesar do referido anteriormente ser uma das soluções para esta questão, a mesma não pode ser tomada como a decisão mais correcta neste âmbito, uma vez que se seguíssemos essa linha de raciocínio não estaríamos a ter em conta o disposto no n.º1 do artigo 219.º, onde é claramente referido que todas as medidas de coacção, onde se inclui o TIR, são susceptíveis de recurso. Os mesmos reforçam ainda mais esta ideia ao evocarem as limitações que o TIR representa para a liberdade pessoal do arguido, sendo que esse facto é de tal forma lesivo de direitos da pessoa humana que seria impensável o mesmo não ser objecto passível de recurso.²²²

Assim, partilhamos da opinião de Maia Gonçalves (da mesma opinião partilham Fernando Gonçalves e Manuel João Alves) que, afirma que a solução que melhor se enquadra com o espírito do nosso Código Processual Penal é a de permitir uma

²¹⁸ Paulo Pinto de Albuquerque, “Comentário do Código...”, 2008, p.556.

²¹⁹ Cfr. Artg.219 n.º1 do CPP “Da decisão que aplicar, substituir ou manter medidas previstas no presente título, cabe recurso a interpor pelo arguido ou pelo Ministério Público, a julgar no prazo máximo de 30 dias a contar do momento em que os autos forem recebidos.”

²²⁰ Fernando Gonçalves; Manuel João Alves, “A Prisão Preventiva e as Restantes Medidas de Coacção”, 2003, p.113.

²²¹ GONÇALVES, Fernando; ALVES, Manuel João, “As Medidas de Coacção no Processo Penal Português”, 2011, p.81.

²²² *Idem* pp.81-82.

impugnação (da decisão de obrigar o arguido a prestar TIR), perante o JIC, o que representa na prática uma impugnação da decisão tomada quer pelo Ministério Público, quer pelos Órgão de Polícia Criminal, pois se o mesmo se decidir a favor do TIR, essa mesma decisão já é passível de recurso no âmbito do artigo 219.º do CPP.²²³

Apesar de todas as problemáticas relacionadas com TIR, que levantamos até então, existem algumas mais que desejamos trazer a este trabalho, como é por exemplo, a prestação de TIR a indivíduos sem residência nem qualquer pessoas da sua confiança, isto é ser humanos que a sociedade rotulou com o nome de sem-abrigo.

Do nosso ponto de vista não faz qualquer sentido submeter o arguido a um Termo de Identidade e Residência, quando o mesmo não possui qualquer tipo de residência, isto porque os pressupostos de aplicação do TIR nesta situação encontram-se completamente desadequados e sem razão alguma que os justifique, uma vez que, que a grande finalidades do TIR é fazer com que o individuo esteja sempre em contacto com a justiça, sendo que para isso a justiça tem que saber sempre onde o individuo se encontra, para com isso manter uma relação jurídica próxima com o mesmo e fazendo também com que o mesmo não se esgueira à realização da justiça.

Desta feita pensamos que a prestação de TIR nas situações específicas que em cima apontámos, não tem qualquer relevância na garantia de cumprimento da finalidade para que o mesmo foi pensado e criado, uma vez que se o arguido não tem qualquer tipo de morada, logo será de extrema dificuldade garantir a notificação do mesmo para actos jurídicos, bem como será praticamente impossível sujeitar o mesmo às limitações de circulação que o TIR impõe a indivíduos sujeitos ao mesmo, pois o facto de não existir uma morada a que o arguido se possa vincular perante a AJ, faz com que o mesmo se descarte das suas responsabilidades processuais.

Assim é da nossa opinião que quando haja necessidade de uma realização de justiça e, essa mesma realização de justiça implique indivíduos nómadas, sem qualquer tipo de morada, o TIR não é adequado nem suficiente para garantir a realização de justiça, pois afiguram-se uma medida coactiva demasiado branda, uma vez que o arguido nada tem que o prenda a determinado local, aliás mais grave ainda o individuo que não tem nenhum local para referenciar como residência ao *dominus* do processo, uma vez que este simplesmente não reside em lugar algum, mas sim onde calha.

²²³ Manuel Maia Gonçalves, “Código Processual Penal Anotado”, 2009, p.486.

Desta forma, afigura-se para nós como medida de coacção mais aceitável neste tipo de casos, as obrigações de apresentação periódicas²²⁴, isto porque assim o indivíduo seria realmente obrigado a estar em permanente contacto com a justiça, pois teria obrigatoriamente de apresentar-se numa determinada esquadra, fazendo com que ao mesmo tempo esteja em constante contacto com a justiça (estando desta forma ao dispor da mesma), e fazendo também com que fosse notificado de todos os actos processuais em que fosse necessária a sua presença.

Tendo por base o n.º1 do artigo 193.º do CPP, esta parece-nos ser a medida coactiva mais indicada para este tipo de casos²²⁵, porque na nossa opinião é a mais necessária e adequada às exigências cautelares do caso concreto, sendo que as suas implicações são completamente proporcionais a qualquer tipo de crime, isto porque se analisarmos de uma forma realista e consciente o artigo 198.º do CPP, constamos claramente determinadas semelhanças com o artigo 196.º do CPP (TIR). Desde logo nas finalidades processuais que estes defendem, é da nossa opinião que ambos os artigos protegem a realização da justiça, uma vez que o grande objectivo dos mesmos é fazer com que exista um contacto jurídico constante entre o tribunal e o arguido, apenas diferem no simples facto de num este contacto ser efectuado através de notificações e ser assente numa base de confiança no arguido, onde temos por garantido que o mesmo não se irá esgueirar às autoridades residindo sempre na morada que o mesmo indicou e, estando sempre à disposição das AJ. O outro assenta num contacto pessoal e numa constatação obvia de que o arguido não escapará às autoridades, pois em determinado dia e determinada hora o arguido está sempre num determinado local e com a AJ ou o OPC, efectivando assim a relação jurídica normal que deverá ocorrer no desenrolar de um processo crime.

A questão que agora se levanta, e com pertinência, é a situação de qualquer arguido quando estamos perante um processo sumário²²⁶ e os serviços do tribunal e MP se encontram encerrados. De acordo com o n.º1 do artigo 385.º o arguido só deve continuar detido se, a apresentação ao juiz não for seguida ao acto da detenção e houver razões para querer que o mesmo não se irá apresentar voluntariamente a autoridade judicial, ou quando

²²⁴ Cfr. Artg.198.º do CPP.

²²⁵ Apesar de ser considerada uma medida de coacção mais gravosa que o TIR (artg.196.º) e que a Caução (artg.197.º).

²²⁶ O regime do processo sumário encontra-se regulado pelos artigos 381.º a 391.º do CPP. Os requisitos para um processo ser classificado como sumário estão dispostos no atg.381.º do CPP, sendo que para estarmos perante um processo sumário, apenas é necessário que se verifique um dos cinco requisitos necessários a tal forma processual, o mesmo admite que a audiência do arguido ocorre mais cedo (Cf. artg.387.º do CPP) que as audiências em processo comum, fazendo com que todo o processo seja mais rápido e menos burocrático.

se verificarem as circunstâncias do artg.204.º do CPP, ou então quando houver perigo para a vítima.

Se tais requisitos não se verificarem ou se o arguido não poder ser presente a juiz num prazo máximo de 48 horas²²⁷, o mesmo tem que ser libertado, assim segundo n.º3 do artigo 385.º do CPP quando existe uma libertação do arguido o OPC que lavrar Termo de Identidade e Residência, e notificar o arguido para comparecer num e determinado dia e numa determinada hora perante AJ afim de ser submetido a primeiro interrogatório judicial ou para comparecer a audiência de julgamento.

Do nosso ponto de vista esta é a única situação em que pensamos que seja justificável os OPC lavrarem TIR do arguido, uma vez que estamos perante crimes de menor importância e, assim pensamos também que os direitos fundamentais do arguido saem quase ilesos, pois seria muito mais prejudicial para o mesmo manter-se detido até ser presente a um juiz²²⁸.

Apesar do facto do exercício deste acto por parte dos OPC não ser muito claro e incontestável, pensamos que a justiça fica também ressalvada perante tais situações, uma vez que se o exercício destes actos por parte dos OPC não fosse considerado correcto, os arguidos teriam que ser muitas vezes libertados pelo simples facto de não existirem condições logísticas²²⁹ para serem presentes a juiz (principalmente aos fins-de-semana), assim teriam de ser libertados sem que houvesse o menor nível de controlo e de limitações sobre os mesmos, sendo posteriormente extremamente difícil manter contacto com os arguidos, e por consequência o acto de levá-los à justiça, para ser efectuado o primeiro interrogatório judicial, ou para serem presentes a audiência de julgamento seria também de difícil cumprimento.

2.6 Prazo de Duração e Extinção do TIR

Como já podemos anteriormente constatar, as medidas de coacção (onde se inclui o TIR) resultam em lesões graves dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, sendo que só deveram ser aplicadas aos arguidos quando se revelem fundamentais para garantir as finalidades processuais.²³⁰

²²⁷ Cfr. Artg.385.º n.º2.

²²⁸ Como acontecia no início da vigência do actual CPP.

²²⁹ Pois em alguns períodos os tribunais encontram-se encerrados, e também existem espaços temporais em que o número de detidos é de tal forma elevado, que os serviços assegurados naquela altura não conseguem dar resposta a todos os detidos.

²³⁰ Henrique Eiras; Guilhermina Fortes, *Dicionário...*, 2010 p.484.

Deste modo o CPP disponibiliza mecanismos processuais que vão desde, prazos de duração, extinção, substituição e/ou revogação destas medidas coactivas, com o intuito de continuar a garantir as finalidades processuais, pois podem surgir “... alterações das circunstâncias que determinaram a sua aplicação.”²³¹, deste modo se houver necessidade de continuar a assegurar determinado fim processual e que para isso seja imposta uma medida coactiva mais gravosa assim acontece, sendo que pode acontecer também existir uma revogação de determinada medida coactiva, quando a mesma já não for necessária para assegurar a finalidade em causa.

No que diz respeito ao TIR afirmamos uma vez mais que, esta medida de coacção é uma excepção em relação a quase todas as outras²³², no que diz respeito aos prazos de duração máxima e de extinção, isto porque o mesmo não se encontra contemplado pelo disposto nos artigos 215.º e 218.º do CPP, ou seja o CPP não reservou um prazo de duração máximo para o TIR, sendo desta forma regulado pelo disposto no artigo 214.º do CPP, que dispõe que as medidas coactivas são extintas quando se dá o arquivamento do processo²³³, quando há a prolação do despacho de não pronúncia²³⁴, quando há prolação do despacho que rejeitar a acusação²³⁵, com a sentença absolutória²³⁶.²³⁷

O facto desta medida coactiva não contemplar prazos de extinção compreende-se perfeitamente, isto porque se tivermos em conta a natureza da mesma assistimos a uma relação inerente entre esta e o facto de determinado sujeito ser arguido, não tendo qualquer sentido limitar a mesma a qualquer prazo, pois para isso acontecer era também necessário que o legislador estabelecesse também um prazo para que determinados sujeito estivessem protegidos pela qualidade de arguidos.²³⁸

Por essa razão a jurisprudência vem confirmar a tese de que, o facto de o TIR não possuir um prazo de duração encontra-se directamente relacionado com o caso de estar inerente à condição de arguido, sendo que o TIR mantém-se sempre válido e eficaz enquanto que determinado individuo esteja na condição de arguido.²³⁹

²³¹ Germano Marques da Silva, *Curso...II*, 2008, p.343, ll. 4-5.

²³² Exceptua-se também a caução (artg.197.º do CPP), estando em termos de extinção subordinada também ao disposto no artg.214.º do CPP.

²³³ Cfr. Artg.214.º n.º1 alínea a) do CPP.

²³⁴ Cfr. Artg.214.º n.º1 alínea b) do CPP.

²³⁵ Cfr. Artg.214.º n.º1 alínea c) do CPP.

²³⁶ Cfr. Artg.214.º n.º1 alínea d) do CPP, em relação a esta alínea do n.º1 é todo conveniente atentarmos ao disposto no n.º3 do artigo em causa.

²³⁷ Paula Marques Carvalho, “As Medidas de Coacção ...”, 2008, p.84.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ Cfr. Ac. da TRC, de 12/03/2008, Processo n.º 377/06.4GBTNV.A.C1., in www.dgsi.pt.

Deste modo a jurisprudência, interpretando a legislação, entende que todas as obrigações resultantes do TIR têm o seu término com o trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo que a partir desse momento todas as notificações dirigidas ao indivíduo deixaram de ser efectuadas por via postal simples, tendo então de cumprir as formalidades do disposto das alíneas a); b) ou d) do n.º1 do artigo 113.º do CPP.²⁴⁰

Contudo, no que diz respeito à duração e extinção do TIR, não podemos ignorar a posição adoptada pela jurisprudência do STJ, no Ac. n.º 6/2010, onde é defendida a tese de que nos casos em que o arguido é condenado a uma pena de substituição, como é o caso da pena suspensa, o TIR não se extingue, pois a decisão só transita em julgado quando não mais é passível de recurso, deste modo é necessário manter o TIR para que o arguido possa ser notificado (no âmbito da alínea c) do n.º1 do Artigo 113.º do CPP) de qualquer alteração em relação à sua pena de substituição, para ter conhecimento de causa e se assim o entender apresentar recurso da decisão.²⁴¹

2.7 O TIR nos Sistemas Jurídicos Europeus

É de todo importante debruçarmo-nos também sobre outros sistemas jurídicos que não seja o Português, para percebermos como os mesmos resolvem problemas comuns, compararmos as necessidades de cada um.

Este subcapítulo não descreve com um detalhe ínfimo a aplicação das medidas coactivas nos países aqui em causa, apenas pretende reflectir acerca da importância do TIR no processo, com o intuito de nos apercebermos se ele realmente é fundamental ao normal andamento do processo.

No sistema penal francês não existe qualquer norma específica que obrigue o arguido a prestar TIR²⁴², tal e qual como na forma específica do processo penal português, com a implicação de limitações à liberdade da pessoa.²⁴³

Contudo deve fornecer ao processo todos os seus dados identificativos para que o mesmo fique sujeito a um controlo por parte da autoridade judiciária, sendo que não pode ausentar-se sem a prévia autorização da autoridade judiciária.²⁴⁴

²⁴⁰ Cfr. Ac. da TRP, de 14/12/2011, Processo n.º 80/10.0PTPRT-A.P1, in www.dgsi.pt.

²⁴¹ Cfr. Ac. do STJ, de 15/04/2010, Processo n.º 312/09.8YFLSB, in www.stj.pt.

²⁴² A figura que mais se assemelha ao TIR no direito processual penal francês é o “contrôle judiciaire” – controlo judiciário.

²⁴³ Carlos Alberto Simões de Almeida, *Medidas Cautelares e de Policia do Processo Penal em Direito Comparado*, 2006, pp.86-87.

²⁴⁴ Cfr. Artg.138.º n.º2 do CPPF.

No ordenamento jurídico alemão não existe também nenhuma figura jurídica que concerne ao TIR tal e qual com a estrutura formal que o conhecemos em Portugal, aqui não existe qualquer limitação à liberdade da pessoa pelo simples facto de ser arguido, sendo que a medida que mais se assemelha ao TIR é a da apresentação obrigatória às autoridades quando se é convocado para o mesmo.²⁴⁵ Desta forma quando corre processo contra determinada pessoa e não se justifique medidas coactivas mais gravosas em função das necessidades processuais o arguido apenas indica domicílio e todas as notificações serão dirigidas ao domicílio indicado.

Neste sistema estrangeiro resolve-se também o problema dos indivíduos sem domicílio certo, sendo que os mesmos são obrigados a declarar domicílio de pessoas de sua confiança para receberem as notificações.²⁴⁶

A decisão da aplicação desta medida pertence unicamente ao juiz, podendo apenas ser executada pelo MP ou pela Policia quando estamos perante casos de perigo em função da demora.²⁴⁷

Quanto ao sistema inglês podemos constatar que o mesmo é muito mais restritivo aos direitos do suspeito e oferece um poder enorme à policia, pois não existe a figura do TIR da forma tão formal e violadora de certo modo da liberdade da pessoa como nós o conhecemos, no sistema inglês o individuo é sempre obrigado a identificar-se com todos os dados identificativos, incluindo a residência na altura da detenção, sendo que mais isso basta e daí não se afigura nenhuma limitação à liberdade do individuo²⁴⁸.

Quando o existam razões que o justifiquem e o indivíduo seja libertado por caução está figurada a possibilidade de imputar ao indivíduo a medida de fixação de residência.²⁴⁹

2.8 Do TIR e do Principio da Tipicidade

O Código Processual Penal Português ao regular a aplicação das medidas de coacção atribui imediatamente no primeiro artigo do Livro IV a subordinação da aplicação das mesmas ao Principio da Tipicidade²⁵⁰.

Deste modo todo aquele arguido a quem seja necessário imputar determinada medida coactiva fica protegido pelo disposto n.º1 do artigo 191.º do CPP, sendo que dessa forma o MP/JIC só poderá imputar ao arguido as medidas coactivas previstas na

²⁴⁵ Carlo Alberto Simões de Almeida, *Medidas Cautelares...*, 2006, p.162.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ *Idem* p.162.

²⁴⁸ *Idem* p.217.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ Cfr. Artg.191.º do CPP; e está também subadjacente em vários artigos da CRP.

legislação²⁵¹, pois a violação da liberdade das pessoas é um assunto de tal forma importante que deve estar sempre subordinado à lei e não a caprichos.

Com isto poderíamos claramente afirmar que o TIR respeita na íntegra o princípio da legalidade, isto porque é uma medida coactiva consubstanciada na lei, mais especificamente no artigo 196.º do CPP. Mas na nossa perspectiva tal afirmação não poderia estar mais errada, uma vez que é o próprio n.º 1 do artigo 191.º do CPP que sustenta que na base do princípio da tipicidade as liberdades das pessoas só podem ser afectadas em função das exigências processuais²⁵².

Repare-se que a forma de como o TIR está estruturado e a ser aplicado não vai ao encontro do princípio da tipicidade (a que o legislador tanto valor dá), pois é aplicado a todo aquele que é constituído arguido, não tendo em conta exigências processuais algumas, limitando de certa forma a liberdade da pessoa em causa.

2.9 Do TIR e do Princípio da Proporcionalidade

O princípio da proporcionalidade além de ser um princípio inerente a todo o Direito, a sua importância é reforçada no nosso CPP, principalmente no que toca à aplicação das medidas coactivas, mais concretamente pelo artigo 193.º do mesmo.

O cumprimento deste princípio acontece em quase todas as situações concretas a que o Direito é chamado a resolver, assenta sobre o facto de que é necessário atentarmos a um conjunto de factores, como é o caso da circunstancia em que se deu determinado crime, o motivo de determinada conduta, a importância que a sociedade atribui a determinados bem jurídicos lesados, entre outros factores.²⁵³

Deste modo todas as decisões que sejam tomadas pela AJ têm que ter em conta este princípio consagrado na legislação portuguesa, ou seja têm que olhar para o caso concreto, pois o princípio da proporcionalidade não é mais do que debruçarmo-nos sobre o caso concreto e particular ali apresentado, tendo em conta todos os acontecimento que levaram a determinada acção, e neste caso concreto²⁵⁴ decidir qual a medida coactiva mais proporcional a aplicar ao individuo.

O legislador ao definir o TIR como uma medida de coacção, está consequentemente a submeter a aplicação da mesma a este princípio, isto é para ser aplicado o TIR é

²⁵¹ Quando nos referimos a medidas coactivas estão incluídas as dispostas no CPP, bem como as legisladas em legislação avulsa.

²⁵² Cfr. Artg.191.º n.º1 do CPP.

²⁵³ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código...*, 2011, p.569.

²⁵⁴ Referimo-nos ao artigo 193.º do CPP, e à aplicação das medidas de coacção.

necessário atentar a uma série de factos, com o intuito de concluirmos se é proporcional ou não a aplicação do mesmo. Contudo tal não acontece, pois de acordo com o explanado no n.º 1 do artigo 196.º do CPP todo aquele que é constituído arguido é sujeito a TIR, não tendo em conta deste modo o princípio aqui em causa.

Existe assim um sobreposição de artigos presentes no nosso CPP, isto porque o artigo 193.º consagra a submissão de todas as medidas de coacção a este princípio, e o artigo 196.º obriga à aplicação de uma medida coactiva sem que sejam levados em conta princípios fundamentais ao Direito.

2.10 Do TIR e do Princípio do Juiz Natural

Importância extrema na nossa esfera jurídico-penal tem o princípio do juiz natural, princípio de tal forma importante que a própria Constituição Portuguesa consagra no seu n.º9 do artigo 32.º a aplicação do mesmo ao processo penal.

Primeiramente é necessário atentarmos ao facto histórico deste princípio, onde podemos facilmente constatar que é um princípio com importância histórica no quadro jurídico-legal português uma vez que já se encontra tipificado na nossa primeira Constituição de 1822, mantendo-se em todos os texto constitucionais²⁵⁵ até a presente data, com a excepção da Constituição portuguesa que teve o seu período de vigência de 1933 a 1974.²⁵⁶

A nível internacional também é atribuída uma grande importância a tal princípio, a título de exemplo podemos observar os modelos da Alemanha e da Áustria que defendem também Constitucionalmente tal princípio, atribuindo-lhe extrema relevância, tal e qual como o sistema Português. Contudo é necessário também debruçarmo-nos no sistema anglo-saxónico, mais especificamente na Inglaterra, onde tal figura não existe.²⁵⁷

De acordo com Gomes Canotilho e Vital Moreira este princípio constitucional assenta em várias extensões, sendo que os autores apontam três, “... a exigência de *determinabilidade*, (...) o *princípio da fixação de competência* (...) e a *divisão funcional interna*...”²⁵⁸, no entanto neste trabalho apenas iremos abordar a dimensão da segunda extensão deste princípio, proposta pelos autores, pois é aquela que do nosso ponto de vista mais importa para a temática deste projecto.

²⁵⁵ Este princípio esteve quase sempre subentendido no princípio da legalidade, tendo apenas as Constituições de 1826, 1911 e 1976 referido expressamente a subordinação de tal princípio ao nosso sistema jurídico.

²⁵⁶ Figueiredo Dias, *Direito Processual Penal – Volume I*, 1974, pp.324-325.

²⁵⁷ *Ibidem*.

²⁵⁸ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição...Volume I*, 2007, p.525, ll.16-24.

Este princípio assenta sobre o facto de que não podem ser retiradas aos tribunais competências próprias dos mesmos tipificadas legalmente em leis anteriores²⁵⁹, assim neste caso concreto este princípio teria de garantir que só seria aplicada uma medida de coacção como o é o TIR por um tribunal competente que de acordo com a norma jurídica portuguesa seria o JIC, pois é um princípio fundamental da pessoa que o seu caso seja interpretado por pessoa competente²⁶⁰ (Juiz de Instrução Criminal) e não por um tribunal a que lei não atribui competência e muito menos por qualquer instituição que não seja um tribunal como o MP ou os OPC's.

Assim podemos claramente afirmar que está aqui também em causa o princípio da imparcialidade, isto é a lei constitucional ao atribuir determinada competência a um juiz quis fazer com que existisse também alguma imparcialidade quando estão em causa direitos fundamentais, isto porque sempre que se pretende limitar um direito fundamental²⁶¹ (como é o que acontece com as medidas cautelares, onde se inclui o TIR que atenta contra a livre circulação), terá que ser uma instituição externa a investigação²⁶², neste caso o tribunal na figura do JIC.

Quanto ao facto da aplicação deste princípio durante as fases processuais existentes no nosso ordenamento jurídico observamos o disposto no artigo 288.º do CPP onde é mais do que obvio a subordinação a este princípio quer na fase de inquérito, quer na fase de instrução e, segundo Paula Marques de Carvalho aplica-se também em absoluto durante a fase de julgamento.²⁶³

Sendo assim podemos claramente afirmar que a aplicação do TIR está também subordinada ao princípio do juiz natural, uma vez que é a própria constituição a legislar uma reserva de competência no JIC em matéria de direitos fundamentais, quando estamos perante um processo de índole criminal.

²⁵⁹ Paula Marques Carvalho, *Manual Prático de Processo Penal*, 2007, p.21.

²⁶⁰ Figueiredo Dias, *Direito Processual...*, 1974, p.322.

²⁶¹ Como é o que acontece com as medidas cautelares, onde se inclui o TIR que atenta contra a livres circulação.

²⁶² Quando nos encontramos na fase de inquérito e de instrução.

²⁶³ Paula Marques Carvalho, *Manual Prático...*, 2007, p.22.

Capítulo III – Do TIR e do Direito Constitucional

1. Do TIR e dos Conflitos Constitucionais

1.1 Do TIR e da Força Jurídica

No nosso ordenamento jurídico há um elevado conjunto de normas que têm por objectivo regular o nosso direito e por sua vez a vida em sociedade, contudo é quase inevitável que por vezes certas normas entrem em conflito com outras, sendo que depois levanta-se a dúvida de qual é que se reveste de mais força e importância para a sociedade. Este assunto é de tal forma importante que a CRP dedica em exclusivo um artigo para regular esta temática, o artigo 18.º (Força Jurídica), este tem por objectivo hierarquizar as normas.

Atendendo ao disposto no n.º1 do artigo 18.º da CRP, o legislador subordinou todas as entidades aos direitos liberdades e garantias, elevando deste modo esses mesmo direitos a uma importância sem precedentes no regime jurídico português, ou seja é especificada a “força normativa de todos os preceitos constitucionais referentes a direitos, liberdades e garantias;”²⁶⁴, contudo é necessário distinguir até que ponto alguns destes DLG são imediatamente praticáveis, pois se os mesmos não forem aplicáveis ao caso real, tal e qual como estão na constituição²⁶⁵ é o legislador ordinário que tem de os regular, sendo que se isso não se suceder será declarada inconstitucionalidade por omissão.²⁶⁶

O facto de o legislador ter subordinado todas as entidades (quer públicas quer privadas) aos DLG foi de extrema relevância, pois deste modo fez com que todas entidades ficassem subordinadas a CRP, mesmo aquelas que revestem de um poder enorme como é o caso da Assembleia da Republica, dos Tribunais, ou das Policias.

Deste modo, podemos concluir que o facto de algumas instituições estarem revestidas de poderes especiais de autoridade, o limite da autoridade das mesmas é a Constituição²⁶⁷, sendo que apesar do facto de nos estarmos a referir a instituições com estruturas hierárquicas as mesmas hierarquias só funcionam institucionalmente, sendo que em razão de conflito com o estipulado na da lei maior, estas relações nada valem.²⁶⁸

²⁶⁴ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição da Republica Portuguesa Anotada Volume I*, 2007, p.381, ll.33-34.

²⁶⁵ Isto é, quando os mesmos são demasiado abstractos e abrangentes.

²⁶⁶ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada – Tomo I*, 2005, p.153.

²⁶⁷ E por sua vez os DLG's.

²⁶⁸ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição...Tomo I*, 2005, p.161.

Apesar do que podemos constatar até agora sobre a importância de todos se subordinarem aos direitos fundamentais, facto é de que nem sempre isso é possível e os mesmos direitos não podem gozar de estatuto de inviolabilidades vitalícia, existem certas fases e certos momentos em que alguns têm que ser postos de parte em função de outros e o legislador atenta a isso no n.º2 do artg.18 da CRP, quando oferece a possibilidade da lei poder restringir os DLG em casos específicos.

De acordo com o Jorge Miranda e Rui Medeiros não devemos efectuar uma interpretação demasiado restrita a este artigo pois segundo os autores não é só a lei constitucional que pode restringir os direitos fundamentais, pois estes também podem e devem ser restringidos tendo também por base restrições necessárias e possíveis, sendo que para reforçar esta ideia oferecem como exemplos a liberdade de expressão e o direito à manifestação.²⁶⁹

Segundo os mesmos autores as restrições dos DLG tem lugar pelo facto de ser necessário conjugar os “... direitos, liberdades e garantias entre si e com outros direitos fundamentais;”²⁷⁰ este tipo de conjugação e colisão de direitos fundamentais ocorre com extrema frequência no direito penal e no direito processual penal, sendo que deste modo a hierarquização de direitos está subjugada a uma consideração constitucional sobre os mesmo.²⁷¹

Apesar de o n.º 2 do artigo 18.º da CRP nos indicar que é admissível restringir determinado direito fundamental em detrimento de outro, quando estamos perante tal situação é necessário ter em conta determinados princípios como é o caso do princípio da proporcionalidade, que por sua vez contém implícito em si os princípios da necessidade (só se restringe um direito fundamental quando existe uma necessidade efectiva de o fazer), da adequação (a restrição de qualquer direito fundamental tem que ser adequada, ou seja não pode um direito ser restringido um direito de maior importância para preservar um outro de menor importância)^{272 273}.

É também utilizado o princípio da concordância prática sempre que existe um conflito entre dois ou mais direitos no âmbito do processo penal, este princípio decorre do facto de que deve ser dado a cada direito a máxima importância possível, se isto acontecer irá ser resgatado o máximo teor possível de cada um dos direitos, optimizando-se assim os

²⁶⁹ *Idem* p.160.

²⁷⁰ *Idem* ll.18-19.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² Princípios estes presentes também no artigo 193.º do CPP, que obriga a serem tidos em conta pela AJ quando estamos perante a determinação de alguma medida de coacção.

²⁷³ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição... Tomo I*, 2005, p.162.

ganhos de cada um em função das perdas.²⁷⁴ Não seria prudente nem sensato, restringir direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana sem ter em conta tais princípios. Quando estes princípios não se verificam na restrição de direitos fundamentais podemos claramente afirmar que o direito sacrificado foi restringido de forma arbitrária, gratuita e desmotivada,²⁷⁵ não respeitando assim os princípios implícitos na norma constitucional.

Apesar de o legislador neste artigo da Constituição ter tipificado os requisitos para hierarquizar o conflito dos direitos fundamentais, também tipifica o aspecto formal de como os direitos fundamentais devem ser restringidos, estamos a referir-nos claro está ao disposto no n.º 3 do artigo 18.º da CRP.

No nosso entender o legislador com esta norma apenas pretendia fazer com que as duas anteriores fossem cumpridas na sua íntegra, sendo que esta última só veio fazer com que fossem cumpridos todos os formalismos das normas anteriores, bem como que seja cumprido todo o espírito constitucional, pois o facto de as leis restritivas de DLG terem de ser gerais e abstractas não podendo ser retroactivas e não diminuam os preceitos constitucionais, faz com que os DLG sejam apenas restringidos quando há mesmo uma necessidade efectiva²⁷⁶ da restrição dos mesmos, ou seja isto faz com que eles sejam restringidos apenas quando determinados bens jurídicos que revestem extrema importância para a sociedade são postos em causa.

É de todo necessário, do nosso ponto de vista, efectuarmos uma comparação entre este artigo e a forma com que o TIR é aplicado no nosso sistema judicial, isto porque como já foi anteriormente referido, na nossa opinião o TIR colide directamente com direitos fundamentais, e com normas constitucionais²⁷⁷.

Deste modo pensamos que a actual forma de aplicação do TIR vai contra o espírito da norma constitucional explanada no artigo 18.º da CRP, isto porque na aplicação do mesmo não são verificados os princípios implícitos no n.º 2 do referido artigo, sendo o TIR aplicado indiscriminadamente.

1.2 Do TIR e do Princípio da Presunção de Inocência

O princípio da presunção de inocência²⁷⁸, é porventura o princípio mais protegido de toda a nosso ordenamento jurídico uma vez que a sua protecção vem disposta na CRP

²⁷⁴ Manuel Guedes Valente, *Processo...*, 2010, pp.27-28.

²⁷⁵ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição...*, 2007, p.391.

²⁷⁶ Salvo pontuais excepções.

²⁷⁷ Como é o caso do direito à livre circulação e a violação do preceito da força jurídica.

²⁷⁸ Subjacente a este princípio encontra-se o designado princípio *in dubio pro reo*.

(artg.32.º n.º2), na DUDH (artg.11.º), CEPDLF (artg.6.º n.º2), e no PIDCP (artg.14.º n.º2), tornando-o assim num princípio revestido de uma importância extrema, sendo também um elo em comum com todos os outros sistemas jurídicos do mundo, pelo facto da sua protecção estar tipificada na legislação internacional²⁷⁹.

Este princípio constitucionalmente consagrado, assenta na premissa de que todo o arguido é inocente até transito em julgado da sentença condenatória, desta forma “...representa sobretudo um acto de fé no valor ético da pessoa²⁸⁰...”²⁸¹, visando assim proteger o bom nome, e a punição injusta de um inocente, bem como tentar evitar um julgamento do arguido na praça pública.

De acordo com Germano Marques da Silva este preceito legal pode ser olhado de dois planos diferentes, isto é o arguido como ainda não foi considerado culpado não pode ser sujeito a quaisquer penas imputadas a praticantes de actos criminosos e por outro lado significa também que para qualquer arguido ser condenado, a decisão de condenação tomada pelo juiz tem que ter como base um conjunto de provas de qualidade suficiente para a condenação, bem como o facto de tais provas terem sido recolhidas com base nos princípios do direito e de forma legal.²⁸²

O cumprimento deste princípio faz com que em termos provatórios o Direito Processual Penal funcione de uma forma diferente do Processual Civil, isto acontece pelo facto de no processo penal se ter que verificar a presunção de inocência. Desta forma no processo penal o arguido não tem que comprovar a sua inocência, sendo que o mesmo não tem de apresentar material provatório obtido pelos seus próprios meios para refutar o material acusatório, sob a pena de condenação²⁸³, observando-se assim o principio da presunção de inocência.

Para que o arguido seja condenado efectivamente é necessário serem apresentadas evidências concretas e legais ao tribunal por parte do MP, contudo não é de todo correcto afirmar-se que o MP tem o ónus da prova material no processo penal, pois de acordo com Figueiredo Dias a função do MP é descobrir a verdade material e não acusar a todo o custo com vista a obter uma condenação, assim sempre que não há matéria probatória

²⁷⁹ Pois como constamos a sua protecção está presente em vários diplomas jurídicos internacionais.

²⁸⁰ Esta expressão utilizada pelos autores, assenta num principio de que toda a relação dos indivíduos com o Direito, é uma relação baseada na boa fé.

²⁸¹ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição...Tomo I*, 2005, p.355, ll.21-22.

²⁸² Germano Marques da Silva, *Curso... II*, 2004, p.108.

²⁸³ Figueiredo Dias, *Direito...*, 1974, p.212.

considerada suficiente para condenar o arguido, o mesmo não é condenado respeitando assim o princípio da presunção de inocência^{284, 285}.

Facto inegável é o de que as medidas de coacção (onde se inclui o TIR) são a figura jurídica que mais confronta este princípio fundamental, isto porque são aplicadas determinadas medidas ao arguido²⁸⁶ sem que o mesmo já tenha sido considerado culpado do acto criminoso.

Contudo não se pense que a aplicação de medidas coactivas no processo penal vai contra o sentido do princípio da presunção de inocência, isto porque adjacente a este princípio está “... a proibição de inversão do ónus da prova em detrimento do arguido;”²⁸⁷, assim sendo podemos afirmar que este princípio apenas “... exclui a inversão da prova, mas não a suspeita sobre a culpabilidade e as relativas consequências...”²⁸⁸, sendo que desta forma podem ser aplicadas todas as medidas coactivas que se avizinhem ao correcto andamento do processo em causa.

Apesar do anteriormente referido sobre as medidas coactivas é de salientar também o facto de que da decisão da aplicação das mesmas o juiz tem de ter em conta o *in dubio pró reo*²⁸⁹, pelo simples facto de na decisão da aplicação destas medidas ser necessário também analisar as prerrogativas que possam justificar os perigos processuais de uma forma concreta, tendo por base todos os indícios recolhidos até então pelo MP, pois só desta forma se garante que o arguido possa ser tratado como um inocente até prova em contrário.²⁹⁰

O facto de as medidas de coacção caberem neste princípio pode ser uma realidade bastante perigosa e ameaçadora aos direitos fundamentais da pessoa humana, pois corre-se o risco de aplicar a determinado individuo uma qualquer medida de coacção e o mesmo ficar sujeito à mesma durante largos anos, com a possibilidade de ser inocente, até que o processo transite em julgado, é exactamente para isto não acontecer que foram criados prazos para a duração das medidas de coacção, assim podemos claramente afirmar que os

²⁸⁴ Designado também por princípio *in dubio pró reo*.

²⁸⁵ Figueiredo Dias, *Direito...*, 1974, p.212.

²⁸⁶ Medidas estas que vão contra os direitos fundamentais, sendo que algumas são de tal forma graves que podem fazer com que o arguido seja mesmo privado da sua liberdade.

²⁸⁷ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição... Volume I*, 2007, p.518, ll.20-21.

²⁸⁸ Sentença n.º124 do Tribunal Constitucional de 22 de Junho – 6 Julho de 1972, *cit. in* “La presunzione di non colpevolezza e l’assoluzione per insufficienza di prove” Caetano Russo in “La Giustizia Penale”, 1973, III, *cit in* PINHEIRO, Rui; MAURICIO, Artur, *A Constituição e o Processo Penal*, 2007, p.86, ll. 11-12.

²⁸⁹ Existe um princípio completamente oposto a este a que a doutrina designa de *in dubio pró societate*, em que o tribunal quando tem dúvidas decide a favor da condenação e não da libertação do arguido.

²⁹⁰ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição...Tomo I*, 2005, p.356.

prazos das medidas coactivas resultam de uma protecção e verificação do princípio da presunção de inocência.

Deste modo o legislador constitucional achou por bem defender este princípio de celeridade processual na parte final do n.º 2 do artigo 32.º da CRP, ao consagrar constitucionalmente o direito do arguido a ser julgado na mais pequena janela temporal possível²⁹¹, pois se isto não acontecesse não seria nunca verificado o princípio da presunção de inocência, pois as medidas coactivas poderiam ser arrastadas por um tão longo período de tempo que seriam quase tão gravosas como penas efectivas, sendo isto completamente inaceitável, uma vez que não teria existido julgamento algum.²⁹²

Da comparação deste preceito constitucional com o TIR não se avinharam grandes confrontos jurídicos uma vez que a aplicação de qualquer medida coactiva é abrangida pelo princípio da presunção de inocência. Contudo não podemos deixar de referir aqui que existem certos formalismos que não estão a ser cabalmente cumpridos, principalmente no que diz respeito à obrigatoriedade que a lei oferece aos OPC's de efectuarem a prestação do TIR²⁹³ sempre que alguém é constituído arguido, uma vez que não estão aqui a ser tomadas em conta prerrogativas que possam justificar a sujeição a este termo²⁹⁴ com o intuito de ser tomada uma decisão sobre a necessidade ou não da prestação do mesmo para a continuidade do processo²⁹⁵.

1.3 Do TIR e do Direito à Liberdade

O direito à liberdade é um dos pilares fundamentais das actuais sociedades e dos próprios Estados. Este direito foi, a partir da revolução francesa, consagrado no próprio regime jurídico francês como um direito inalienável da pessoa humana e, de forma progressiva, foi sendo também acolhido pelas diversas realidades jurídicas espalhadas pelo mundo.

Esta figura jurídica encontra-se consagrada no nosso ordenamento jurídico através do artigo 27.º da CRP (*Direito à liberdade e à segurança*), sendo reforçado ainda pelo disposto no artigo 5.º da CEDH, deste modo podemos aqui reforçar a importância deste direito.

²⁹¹ Observando sempre os prazos processuais e, garantindo sempre o prazo necessário à preparação da defesa.

²⁹² Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição... Volume I*, 2007, p.519.

²⁹³ Sempre que constituírem determinado indivíduo com arguido.

²⁹⁴ Apenas são tomados em conta os factores de isenção de responsabilidade e da ilicitude com base no n.º 2 do artigo 192.º do CPP.

²⁹⁵ A Lei não dá a possibilidade de ser decido, ou não, a aplicação do TIR a qualquer arguido, simplesmente obriga a isso.

O legislador apresenta-nos no artigo 27.º da CRP um conceito de liberdade num sentido amplo e físico, ou seja está a referir-se à liberdade, ou melhor à privação da liberdade como uma coisa física, isto é refere-se ao impedimento de certa pessoa se movimentar, reforça o direito que a pessoa exerce de não ser detida, aprisionada ou que lhe restrinjam os seus movimentos contra a sua vontade de uma forma ilegal.²⁹⁶

Apesar de o direito à liberdade ser algo inalienável não podemos claramente afirmar que seja um direito absoluto, pois como já referimos anteriormente, não existem direitos absolutos, todos os direitos fundamentais podem ser restringidos, desde que de acordo com a Lei. Assim sendo o direito à liberdade não é excepção, desta forma o legislador no mesmo artigo que consagrou o direito à liberdade²⁹⁷, restringiu também o mesmo no n.º 2 e seguintes do artigo em causa.

O facto de o legislador ter tipificado na CRP em que casos específicos o cidadão não se encontra protegido pelo direito fundamental à liberdade, faz com que se verifique neste direito em concreto a representação de um princípio da tipicidade constitucional nas medidas privativas da liberdade, uma vez que o mesmo é extremamente específico quanto aos casos concretos em que este direito pode ser violado.²⁹⁸

É ainda de referir o facto de que este direito se encontra contemplado dentro da secção dos DLG, logo a aplicação das limitações do mesmo encontram-se subordinadas ao disposto no artigo 18.º da CRP, sendo que sempre que um juiz tem que limitar a liberdade do arguido tem que ter em conta a defesa de outros direitos constitucionalmente consagrados, ou de bens maiores, no entanto tem de ter sempre em conta na aplicação da privação deste direito também princípios de proporcionalidade e adequação, tendo em vista uma limitação do direito à liberdade.²⁹⁹

O próprio artigo 27.º da CRP que tipifica as medidas privativas de liberdade³⁰⁰, sendo que se nos debruçarmos com uma maior atenção sobre o artigo e ao mesmo tempo o conjugarmos com o disposto no artigo 18.º da CRP, podemos claramente reparar que estas medidas estão sujeitas a uma reserva de Lei³⁰¹, e a uma reserva de decisão judicial³⁰², fazendo com que a aplicação das mesmas seja feita de forma competente.

²⁹⁶ Cfr.. Ac. TC n.º471/01.

²⁹⁷ Estamos-nos a referir ao artigo 27.º da CRP n.º1.

²⁹⁸ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição... Volume I*, 2007, p.479.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ Que podem ir da privação parcial da liberdade até à privação total da liberdade.

³⁰¹ A reserva de Lei atribui competência apenas às Leis da AR ou aos Decretos de Lei Autorizados *cf.* artg.165.º n.º1 alínea c).

³⁰² A reserva de decisão judicial confere apenas ao juiz o poder de tomar uma decisão neste âmbito, sendo proibidas quaisquer decisões administrativas referentes a essa temática.

No entanto é no n.º 3 do artigo 27.º que se dá a excepção à regra uma vez que o mesmo admite a privação da liberdade em inúmeros casos concretos, onde estão em causa outros valores jurídicos em que alguns dos casos concretos revestem de um estado de necessidade sendo imprescindível a limitação da liberdade das pessoas em causa.

Ao introduzirmos o tema das medidas de coacção (onde se inclui o TIR) neste preceito constitucional verificamos que apenas a prisão preventiva vem aqui tipificada como medida de privação da liberdade admitida constitucionalmente, sendo que poderíamos estar perante uma inconstitucionalidade ao aplicarmos as outras medidas coactivas. No entanto partilhamos da opinião de Jorge Miranda e Rui Medeiros ao afirmarem que a intenção do legislador constitucional não era a de limitar a aplicação de outras medidas de coacção sem ser a prisão preventiva, mas sim entendeu que seria apenas necessário regular constitucionalmente a prisão preventiva, sendo que todas as outras medidas coactivas deveriam fluir livremente por meio de outra legislação que não fosse a legislação constitucional.³⁰³

Podemos incluir como consequência do direito à liberdade (artg.27.º CRP) o disposto no artigo 44.º da CRP (*Direito de deslocação e de emigração*), pois este artigo é apenas uma forma mais específica e mais concreta de garantir que em parte e em todo o direitos à liberdade constitucionalmente protegido não seja violado.

Analisando o disposto no artigo 44.º da CRP podemos claramente constatar que ele assegura o direito à deslocação e também o direito de residência, isto é qualquer pessoa tem o direito a deslocar-se de forma livre para qualquer parte do território nacional e se assim o entender assentar residência onde lhe aprazer.

Este normativo tem como objectivo garantir a livre circulação dos indivíduos por todo o país, sem que existam fronteiras internas impostas aos mesmos, bem como garante que não aja a possibilidade de existir alguma norma jurídica que faça com que determinado individuo esteja obrigado a estar confinado numa determinada região, podendo viver na região do país onde se achar mais confortável.³⁰⁴

É de salientar o facto de este direito à livre circulação e residência se enquadrar no regime dos DLG tipificado no artigo 17.º da CRP, pois encontra-se incluído no título II da CRP. Não obstante a isto é de todo importante referirmos que o direito à livre circulação e à livre fixação de residência, não se encontra abrangido pela reserva de Lei que a norma constitucional do artigo 18.º n.º2 impõe à limitação de certos direitos fundamentais.

³⁰³ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição...Tomo I*, 2005, p.307.

³⁰⁴ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição...Volume I*, 2007, p.632.

A este dois direitos que aqui já analisámos, o mesmo artigo consagra ainda um outro direito, o direito à emigração. Ora, este direito é de uma certa forma demasiado abrangente, pois com o direito à emigração não só é dado o direito a emigrar como é também garantido o direito à livre saída do território nacional, aliás de acordo com Jorge Miranda e Rui Medeiros a principal garantia deste preceito constitucional não é o direito à emigração, mas sim o direito à livre saída do território nacional,³⁰⁵ sendo o direito à emigração apenas uma consequência indispensável ao primeiro.

Os mesmos autores afirmam que não só os portugueses são abrangidos por este direito, mas também todos os estrangeiros que se encontrem legalmente em Portugal, por sua vez aqueles que tenham nascido no estrangeiro mas sejam portugueses gozam também deste direito constitucionalmente consagrado, pela forma em que os mesmo podem entrar e fixarem-se livremente no território de Portugal.³⁰⁶

Como podemos verificar anteriormente, o direito à liberdade (artg.27.º CRP) e por consequência direito à livre circulação, à livre fixação de residência e à livre saída de Portugal (artg.44.º), são direitos fundamentais à pessoa humana, sendo que a própria Constituição lhes oferece a protecção jurídica de DLG, comparando estes direitos com o TIR podemos claramente afirmar que esta medida coactiva é violadora de tais direitos.

1.4 Do TIR e da Aplicação da Lei Criminal

O direito penal e o direito processual penal lidam com situações de tal forma complexas e lesivas para os direitos fundamentais da pessoa humana que se achou por bem limitar na própria CRP a aplicação da Lei que diga respeito a actos de natureza criminosos.

Deste modo está consagrado no artigo 29.º da CRP em que moldes as autoridades portuguesas devem aplicar os preceitos legais, que digam respeito à lei criminal, tornando a aplicação prática desta matéria o menos lesiva possível para os direitos fundamentais de todos os membros da sociedade.

Ao analisarmos esta norma constitucional reparamos que o legislador apenas quis reforçar alguns princípios base do Direito, como é o caso do princípio da legalidade³⁰⁷, o princípio da tipicidade³⁰⁸ e a não retroactividade da lei penal^{309/310}, fazendo assim com que

³⁰⁵ Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição...Tomo I*, 2005, p.459.

³⁰⁶ *Idem* p.459-460.

³⁰⁷ Cfr. Artg.29.º n.º3 da CRP.

³⁰⁸ Cfr. Artg.29.º n.º3 da CRP.

³⁰⁹ Cfr. Artg.29.º n.º1 e n.º4 da CRP.

³¹⁰ Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição...Volume I*, 2007, p.493.

a lei criminal não possa ser aplicada sem que quem a aplica não tenha em conta tais princípios fundamentais.

Podemos acrescentar como de igual importância para a justa aplicação da lei criminal o princípio *non bis in idem*³¹¹, princípio este que assegura que o arguido não seja julgado e condenado duas vezes pelos mesmo facto criminosos, e obrigando também a que não possam existir vários julgamentos sobre o mesmo facto.³¹²

Seria possível levantar aqui o problema das medidas de coacção enquanto violadoras do princípio *non bis in idem* constitucionalmente consagrado, uma vez que estaríamos a condenar possivelmente duas vezes o mesmo arguido por um só acto criminoso, pois ele estaria sujeito a uma medida coactiva durante as fases de inquérito, instrução e julgamento e durante a fase do julgamento o mesmo poderia ser novamente condenado pelo mesmo acto criminal.

Contudo não existe qualquer violação por parte das medidas de coacção a este princípio clássico do direito, pois quando as medidas coactivas não resultam de um julgamento. É de notar também o facto de estarmos aqui perante uma questão de finalidades, pois a finalidade das medidas de coacção não são as de condenar o arguido pelo seu acto criminoso, mas sim limitar o arguido de forma a que exista um correcto desenrolar do processo, assegurando-se a descoberta da verdade material.

Mas não podemos encerrar esta questão que diz respeito às medidas coactivas e as este preceito constitucional sem deixarmos aqui claro que a aplicação das medidas não fogem a regra de observância dos princípios aqui defendidos por este artigo³¹³, uma vez que continuamos perante a aplicação da lei criminal e é disso que se trata quando estamos perante medidas de coacção, é uma aplicação da lei criminal ao caso concreto, ou seja estamos perante uma aplicação da lei criminal às necessidades concretas do processo.

1.5 Do TIR e das Garantias do Processo Criminal

Pelo facto de o direito penal e o direito processual penal serem uma acção da sociedade, representada pelo Estado, contra determinados indivíduos da sociedade que possivelmente tenham lesado determinado bem jurídico da mesma e sendo esta acção na maior parte das vezes violadora ou limitativa de direitos fundamentais, o legislador optou

³¹¹ Este princípio é dos mais antigos que existem na esfera do direito processual penal.

³¹² Gomes Canotilho; Vital Moreira, *Constituição... Volume I*, 2007, p.497.

³¹³ Cfr. Artigo 29.º da CRP.

por assegurar no diploma maior do nosso ordenamento jurídico certas garantias no decorrer de tal acção.

As garantias que o legislador consagrou estão compreendidas no artigo 32.º da CRP e estão elevadas pelo disposto no artigo 17.º do mesmo diploma ao estatuto de Direitos Liberdades e Garantias, sendo por isso um direito inalienável que assiste a toda a pessoa que esteja sujeita a um processo criminal.

Podemos claramente verificar que é aqui garantido a todos os arguidos o direito à defesa³¹⁴, bem como ao recurso com o intuito de não se efectivarem decisões erradas.

Apesar de o princípio da presunção de inocência³¹⁵ ser um preceito garantido constitucionalmente como garantia fundamental do processo criminal, já nos referimos ao mesmo anteriormente e, por ventura apesar de estar englobado nas garantias do processo criminal, não nos parece correcto repetir o que anteriormente foi explanado sobre o mesmo.

Em toda a restante estrutura deste artigo são asseguradas ao arguido, outras garantias como o direito a escolher defensor e ao mesmo o acompanhar em todos os actos processuais³¹⁶, bem como garantir que todo o processo decorre sobre uma estrutura acusatória sujeita ao contraditório³¹⁷, assegurar ao arguido a sua intervenção no processo, sempre que assim o desejar e nos termos que a lei assegura³¹⁸, certifica que mesmo nos processos contra ordenacionais e sancionatórios os arguidos exerçam o direito à audiência e à defesa³¹⁹ e assegura também o cumprimento de outros direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, ao garantir que todas as provas que são conseguidas através da violação da dignidade da pessoa humana, sejam consideradas nulas ao olhos do processo³²⁰.

No entanto interessa-nos aqui debruçar sobre o disposto no n.º 4 do artigo 32.º pelo facto de referir que durante a fase que o CPP define como sendo de instrução, a mesma estar subordinada a um juiz³²¹, que poderá proceder a uma delegação de competências,

³¹⁴ De acordo com Gomes Canotilho e Vital Moreira a expressão máxima deste preceito no direito processual penal é o artigo 57.º do CPP, a obrigatoriedade de constituição de arguido, para com isso assegurar que não exista nenhum momento do processo em que a pessoa não seja assistida por tal direito.

³¹⁵ Cfr. Artg.32.º n.º2 da CRP.

³¹⁶ Cfr. Artg.32.º n.º3 da CRP.

³¹⁷ Cfr. Artg.32.º n.º5 da CRP.

³¹⁸ Cfr. Artg.32.º n.º7 da CRP.

³¹⁹ Cfr. Artg.32.º n.º10 da CRP.

³²⁰ Cfr. Artg.32.º n.º8 da CRP.

³²¹ No caso concreto é definido pela legislação como Juiz de Instrução Criminal.

desde que as mesmas não vão colidir com direitos que a sejam compreendidos como direitos fundamentais do arguido.

O legislador ao introduzir esta norma no texto constitucional não pretendia fazer com que o JIC chamasse a si toda a competência de investigação e o apuramento da verdade material na fase de instrução, deixando assim de fora as Polícias e o próprio MP, com isto o legislador pretendeu sim fazer com que fosse assegurado ao arguido o correcto esclarecimento de todos os factos e que o mesmo podesse participar nesse acto, para haver uma pronúncia sobre a acusação ou o arquivamento.³²² Isto prende-se com o facto de os elementos das Polícias e do próprio MP estarem subordinados a uma sistema hierárquico e poderem estar sujeitos a alguém ou a algum poder superior, desta forma podemos claramente afirmar que os mesmos “... não oferecem, portanto, à luz da Constituição, nem em termo sociais, as mesmas garantias e isenção e respeito pelos direitos fundamentais que os Juízes de Direito.”³²³

Desta forma toda a aplicação das medidas de coacção, incluindo o TIR, nesta fase processual, por força do texto constitucional só podem ser aplicadas pelo JIC, sendo que como já aqui podemos verificar antes, o TIR representa uma violação de direitos fundamentais (direito à livre circulação, direito à emigração...) da pessoas humana, dessa forma está constitucionalmente consagrado que o Juiz não pode delegar em qualquer outra entidade nenhum acto processual que se prenda com esta matéria.

³²² Jorge Miranda; Rui Medeiros, *Constituição...Tomo I*, 2005, p.358.

³²³ Raul Soares da Veiga, *O Juiz de Instrução e a Tutela de Direitos Fundamentais*, in *Jornadas...*, 2004, p.190, ll.14-16.

Conclusão

Cabe-nos agora nesta fase do trabalho conjecturar acerca das conclusões que atingimos, no que diz respeito à matéria aqui tratada, bem como é nosso dever neste etapa concluir acerca das hipóteses iniciais que formulámos para a realização deste projecto.

Assim podemos constatar que as medidas de coacção são uma figura jurídica essencial à realização das finalidades do processo penal, apesar de serem uma matéria que lida directamente com restrições de direito fundamentais, o que as torna das estruturas mais complexas não só dentro do direito processual penal, mas de todo o Direito.

Dentro das medidas de coacção tipificadas no Código Processual Penal encontra-se enunciada no artigo 196.º o Termo de Identidade e Residência, medida esta a que o CPP obriga a aplicar sempre a alguém que seja constituído arguido sendo que segundo o mesmo diploma a aplicação desta medida cabe quer aos OPC, quer ao MP, quer ao JIC (na fase de instrução), contudo durante a realização deste trabalho podemos concluir que tal disposição é completamente ilegal pois como podemos demonstrar ao longo do trabalho o TIR viola direitos liberdades e garantias, logo a competência de aplicação do mesmo cabe única e simplesmente ao JIC a requerimento do MP, assim não consideramos correcta a decisão de o legislador atribuir na Lei, competência aos OPC para efectuarem a prestação de TIR.

Quando é efectuada uma comparação do regime jurídico do TIR com o disposto na Constituição da Republica Portuguesa constatamos claramente que esta medida é lesiva de DLG pois é de alguma forma restringido ao arguido o seu direito à liberdade, por ser posto em causa o direito de deslocação e de emigração (artg.44 da CRP).

É de referir também que a forma como esta medida está a ser aplicada, viola uma serie de preceitos constitucionais como é o caso do da força jurídica (artg.18.º CRP), e da delegação de competências por parte do JIC (artg.32.º n.º4 da CRP) no entanto está correctamente enquadrado no âmbito do artigo 29.º e do n.º2 do artigo 32.º da CRP.

Deste modo podemos então afirmar que o TIR, tal e qual como se encontra actualmente enquadrado no nosso sistema processual penal, colide com o princípio da jurisdição, mas abrange completamente todo o sentido do princípio da presunção de inocência.

Posto isto compete-nos aqui concluir que o disposto no artigo 196.º do CPP não se encontra enquadrado de forma correcta no nosso sistema jurídico, pois seria muito mais correcto alterar a natureza do TIR, fazendo com que o mesmo deixa-se de figurar como medida de coacção, para constar apenas no âmbito do artigo 61.º do CPP, passando deste modo a ser simplesmente o dever processual por parte do arguido, pois tal e qual como

TIR se encontra disposto na actual legislação, faz com que a aplicação do mesmo aos arguidos não respeite princípios fundamentais da aplicação das medidas de coacção como são os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

Luis Pedro de Sá Maia
Aspirante a Oficial de Policia

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Martim de; **ALBUQUERQUE**, Ruy de, *História do Direito Português I*, Lisboa, Editora Danúbio, 1987.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código Processual Penal*, 3.º Edição, Lisboa Universidade Católica Editora, Abril 2009;

ALMEIDA, Carlos Alberto Simões, *Medidas Cautelares e de Policia do Processo Penal, em Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, 2006.

ANDRADE, Manuel da Costa, *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1992.

ANDRADE, Manuel da Costa, *Bruscamente o Verão Passado, a Reforma do Código Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, Junho de 2009.

ANTÓN, Tomás Vives, *El Proceso Penal de la Presunción de Inocência*, in Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Coimbra, Almedina editora, Junho 2004;

BARREIROS, José António, *Processo Penal – I*, Coimbra, Almedina, 1981.

BELEZA, Teresa, *Apontamentos de direito processual penal*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1992;

CAETANO, Marcello, *História do Direito Português – (1140-1495)*, 3.º Edição, Lisboa, Verbo, Dezembro de 1992.

CANOTILHO, Gomes J. J. e **MOREIRA**, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada, Volume I*, 4.º Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007;

CANOTILHO, J. J. Gomes, *Jurisdição Constitucional e intranquilidade discursiva, in Prespectivas Constitucionais nos 20 Anos da Constituição de 1976 Volume I*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.

CARVALHO, Américo Taipa de, *Direito Penal Parte Geral, Questões Fundamentais – Teoria Geral do crime*, 2.º Edição, Coimbra, Coimbra Editora, Setembro de 2008.

CARVALHO, Paula Marques, *Manual Prático de Processo Penal*, 3.º Edição, Coimbra, Almedina, Outubro de 2007.

CARVALHO, Paula Marques, *As Medidas de Coacção e de Garantia Patrimonial, uma análise prática à luz regime introduzido pela Lei n.º48/2007 de 29 de Agosto*, Coimbra, Almedina, Maio de 2008.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, 4.º Edição, Coimbra, Almedina, Setembro de 2010.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Processual Penal Primeiro Volume*, Coimbra, Coimbra Editora, Março de 1974.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Processual Penal – Primeiro Volume*, Coimbra, Coimbra Editora, 1981.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Processual Penal*, Coimbra, Secção de textos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1988-89.

EIRAS, Henrique, *Processo Penal Elementar*, 8.º Edição, Lisboa, Quid Júris, 2010.

EIRAS, Henrique; **FORTES**, Guilherme, *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*, 3.º edição, Lisboa, Quid Juris, 2010.

FERNANDES, Fernando, *O Processo Penal Como Instrumento de Política Criminal*, Coimbra, Almedina, Agosto de 2001.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, *Direito Penal Português, Parte Geral I*, Viseu, Verbo, Julho de 1982.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro, *Curso de Processo Penal, volume 1.º*, Lisboa, Editora Danúbio, 1986.

FREIXO, Manuel João Vaz, *Metodologia Científica – Fundamentos Métodos e Técnicas*, 3.º Edição, Lisboa, Instituto Piaget, 2011.

GONÇALVES, Fernando; **ALVES**, Manuel João, *Os Tribunais os Polícias e os Cidadãos*, Coimbra, Almedina, Maio de 2002.

GONÇALVES, Fernando e **ALVES**, Manuel João, *A prisão preventiva e as restantes medidas de coacção: a providência do Habeas Corpus em virtude da prisão ilegal*, Coimbra, Almedina editora, 2003;

GONÇALVES, Fernando; **ALVES**, Manuel João, *As Medidas de Coacção no Processo Penal Português*, Coimbra, Almedina, Novembro de 2011.

HASSEMER, Winfried, *Processo Penal e Direitos Fundamentais, in Jornadas de Direitos Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, Junho de 2004.

ISASCA, Frederico, *A Prisão Preventiva e Restantes Medidas de Coacção, in Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina editora, 2004;

MESQUITA, Paulo Dá, *Direcção do Inquérito Penal e Garantia Judiciária*, Coimbra, Coimbra Editora, Setembro de 2003.

MESQUITA, Paulo Dá, *Processo Penal, Prova e Sistema Judiciário*, Coimbra, Coimbra Editora, Setembro de 2010.

MIRANDA, Jorge *Manual de Direito Constitucional Tomo IV Direitos Fundamentais*, 2.º Edição, Coimbra, Coimbra Editora, Março de 1993.

MIRANDA, Jorge; **MEDEIROS**, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada – Tomo I*, Coimbra, Coimbra Editora, Março de 2005.

OLIVEIRA, Odete Maria, *O novo Código Processual Penal*, in *Jornadas do Direito Processual Penal*, Coimbra, Almedina editora, 1991.

PALMA, Maria Fernanda, *et all*, Jornadas de *Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, Junho de 2004.

PIMENTA, José da Costa, *Introdução ao Processo Penal*, Coimbra, Almedina, Julho de 1989.

PINHEIRO, Rui; **MAURICIO**, Artur, *A constituição e o Processo Penal*, Coimbra Editora, 1976, Reimpressão Julho de 2007.

PINTO, António Augusto Tolda, *A Tramitação Processual Penal*, 2.º Edição, Coimbra, Coimbra Editora, Janeiro de 2001.

PINTO, António Augusto Tolda, *O novo Processo Penal*, Viseu, Rei dos livros, 1989;

Que Futuro Para o Direito Processual Penal? – Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português, Coimbra, Coimbra Editora, Janeiro de 2009.

SANTOS, Gil Moreira dos, *Noções de Processo Penal*, 2.º Edição, Vila do Conde, O oiro do dia, Maio de 1994.

SANTOS, Manuel Simas; **LEAL-HENRIQUES**, Manuel; **SANTOS**, João Simas, *Noções de Processo Penal*, Rei dos Livros, Outubro de 2010.

SILVA, Germano Marques, *Curso de Processo Penal II*, 4.º edição, Lisboa, verbo, 2008.

SILVA, Germano Marques, *Curso de Processo Penal I*, 4.º Edição, Verbo, Agosto de 2006.

SOUSA, Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de, *Ministério Público, Órgão de Polícia Criminal e Medidas Cautelares e de Polícia in Politeia*, numero 1/2, Ano VI/ Ano VII, Coimbra, Novembro de 2011.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, *Processo Penal Tomo I*, 3.º Edição, Coimbra, Almedina, Novembro de 2010.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, *Teoria Geral do Direito Policial*, 2.º Edição, Coimbra, Almedina, Outubro de 2009.

VEIGA, Catarina; **SANTOS**, Cristina Máximo dos, *Constituição Penal Anotada Roteiro de Jurisprudência Constitucional Perspectiva Cronológica*, Coimbra, Coimbra Editora, Junho de 2006.

VEIGA, Raul Soares da, *O Juiz de Instrução e a Tutela de Direitos Fundamentais*, in *Jornadas de Direitos Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, Junho de 2004.

DIPLOMAS LEGAIS

Livro das Leis e posturas

Ordenações Afonsinas

Ordenações Manuelinas

Ordenações Filipinas

Código Penal

Código Processual Penal

Constituição da Republica Portuguesa

Decreto de Lei n.º185/72, de 31 de Maio;

Decreto de Lei n.º605/75, de 3 de Novembro;

Decreto de Lei n.º377/77, de 6 de Setembro;

Decreto de Lei n.º78/87, de 17 de Fevereiro;

Lei n.º48/2007, de 29 de Agosto;

Lei n.º26/2010, de 30 de Agosto;

JURISPRUDÊNCIA

ACORDÃO do Tribunal da Relação do Porto, n.º 1704/07, de 13 de Julho de 2011, consultado em <http://www.dgsi.pt>, em 19 de Abril.

ACORDÃO do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12 de Março de 2008, Processo n.º377/06.4GBTNV.A.C1, em <http://www.dgsi.pt>, em 19 de Abril.

ACÓRDÃO do Tribunal Constitucional n.º 471/01, de 24 de Outubro, consultado <http://www.tribunalconstitucional.pt>, em 4 de Abril de 2012.

ACÓRDÃO do Supremo Tribunal de Justiça, de 31 de Janeiro de 2008, Processo n.º 07P3272, consultado em <http://www.dgsi.pt>, em 6 de Fevereiro de 2012.

ACORDÃO do Tribunal Constitucional n.º185/96, de 27 de Fevereiro, consultado em <http://www.tribunalconstitucional.pt>, em 10 de Abril de 2012.

ACORDÃO do Tribunal Constitucional n.º363/00 de 5 de Julho, consultado em <http://www.tribunalconstitucional.pt>, em 10 de Abril de 2012.

ACORDÃO do Tribunal Constitucional n.º83/01 de 5 de Março, consultado em <http://www.tribunalconstitucional.pt>, em 10 de Abril de 2012.

ACORDÃO do Tribunal da Relação de Coimbra, de 31 de Outubro de 2007, Processo n.º1924/05.4TBACB-A.C1, em <http://www.dgsi.pt>, em 9 de Março.

ACORDÃO do Supremo Tribunal de Justiça n.º6/2010 de 15 de Abril de 2010, consultado em Diário da Republica, n.º186 de 23 de Setembro de 2010.

SÍTIOS NA INTERNET

http://octalberto.no.sapo.pt/pessoas_colectivas.htm

http://octalberto.no.sapo.pt/Direito_Processual_Penal.htm